

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Caroline Sachet

**Entre acesso e conclusão do ensino superior:** as políticas de ações afirmativas na UFSC

Florianópolis

2022

Caroline Sachet

**Entre acesso e conclusão do ensino superior: as políticas de ações afirmativas na UFSC**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Mailiz Garibotti Lusa

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da  
Biblioteca Universitária da UFSC.

Sachet, Caroline

Entre acesso e conclusão do ensino superior : as  
políticas de ações afirmativas na UFSC / Caroline Sachet ;  
orientadora, Mailiz Garibotti Lusa, 2022.  
60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Política de Ações Afirmativas. 3.  
Ensino Superior. 4. Acesso e permanência estudantil. I.  
Garibotti Lusa, Mailiz . II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Caroline Sachet

**Entre acesso e conclusão do ensino superior: as políticas de ações afirmativas na UFSC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel(a) em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de março de 2022.



Documento assinado digitalmente  
ANDREA MARCIA SANTIAGO LOHMEYER FUCHS  
Data: 17/03/2022 13:59:59-0300  
CPF: 659.378.059-68  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Andréa Márcia S. L. Fuchs  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
Mailiz Garibotti Lusa  
Data: 17/03/2022 10:16:35-0300  
CPF: 027.819.959-32  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Mailiz Garibotti Lusa, Dra.  
Orientadora  
Depto. Serviço Social UFSC



Documento assinado digitalmente  
Dilceane Carraro  
Data: 16/03/2022 18:51:30-0300  
CPF: 035.526.749-77  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Dilceane Carraro, Dra.  
Avaliadora  
Depto. Serviço Social UFSC



Documento assinado digitalmente  
Juliane Pasqualetto  
Data: 17/03/2022 15:04:23-0300  
CPF: 020.881.900-23  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Juliane Pasqualetto  
Avaliadora  
Assistente social da UFSC

“Os assistentes sociais, apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque apostam na história, construindo o futuro, no presente.” (IAMAMOTO, 2015, p. 80)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Anna e Marcos, minha eterna gratidão. Obrigada por todos os ensinamentos e incentivo, mas principalmente por nunca largarem a minha mão e estarem sempre ao meu lado. Vocês são as minhas maiores inspirações.

Minha irmã Nicole, minha fiel confidente e que mesmo longe nunca mediu esforços para me ajudar e fazer até o impossível para me ver bem.

Agradeço especialmente ao meu amor, Lucas, que é quem de fato está presente em todas as minhas crises, meus choros, minhas angústias e minhas inseguranças, e que muitas vezes acreditou mais em mim do que eu mesma. Que felicidade poder compartilhar essa vida contigo.

A minha professora orientadora, Mailiz Garibotti Lusa, que com toda a sua dedicação, seus conhecimentos e sua atenção, sempre se manteve segura e calma para me encaminhar ao término deste trabalho. Obrigada por ter sido calma todo esse tempo.

A minha supervisora de campo, Juliane Pasqualetto, sem a qual a realização do meu estágio não seria possível. Agradeço imensamente por sua dedicação, incentivo, compreensão, pelas nossas trocas e, principalmente, por ser essa pessoa e profissional que eu tanto admiro e respeito.

As novas amigas conquistadas nesses anos de curso, em especial a Hisla, companheira de estágio, a qual tantas vezes recorri e tenho muito carinho. Obrigada por tudo.

E a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente fizeram parte dessa etapa tão importante da minha vida, meu muito obrigada!

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata sobre a política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como pressuposto de análise as desigualdades e os privilégios no acesso, acompanhamento e permanência no sistema educacional brasileiro. O estudo é orientado pelo método crítico dialético e fundamentado pela pesquisa de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, de tipo bibliográfica e documental, tendo por base as categorias da contradição, totalidade e historicidade. O objetivo geral deste trabalho foi identificar os desafios enfrentados no acesso e permanência no ensino superior por meio das políticas afirmativas, com olhar especial para a UFSC. Para responder a esse objetivo foram desenvolvidos três capítulos, dentre os quais o primeiro trata sobre a formação sócio-histórica, a criação e desenvolvimento do ensino superior no Brasil, a disparidade de classes e os tensionamentos ocorridos ao longo da processualidade histórica, os quais contribuíram para a mudança na forma do acesso. Na sequência discorre-se sobre o surgimento do Programa de Ações Afirmativas (PAA) no Brasil e na UFSC, bem como sua efetividade para estudantes egressos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e de famílias com baixa renda. Ainda foram levantadas as políticas de ações afirmativas voltadas ao acompanhamento e a permanência do aluno inserido na Universidade, indicando a premência de que a Política de Ações Afirmativas não se reduza à estratégia de ingresso de estudantes, mas tenha efetividade no acompanhamento e permanência, de modo a possibilitar a conclusão do ensino superior. Trata-se, por fim, sobre a importância do profissional de Serviço Social e seu papel no acesso aos direitos sociais e, dentre eles, ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

**Palavras-chave:** Política de Ações Afirmativas. Ensino Superior. Acesso e permanência estudantil.

## ABSTRACT

The Course Completion Work deals with the policy of Affirmative Actions within the scope of the Federal University of Santa Catarina, having as an analysis assumption the inequalities and privileges in access, monitoring and permanence in the Brazilian educational system. The study is guided by the critical dialectical method and supported by research of an exploratory nature, with a qualitative approach, of a bibliographic and documentar type, based on the categories of contradiction, totality and historicity. The general objective of this work was to identify the challenges faced in accessing and staying in higher education through affirmative policies, with a special focus on UFSC. To respond to this objective, three chapters were developed, among which the first deals with the socio-historical formation, the creation and development of higher education in Brazil, the disparity of classes and the tensions that occurred throughout the historical process, which contributed for the change in the form of access. Next, we discuss the emergence of the Affirmative Action Program (AAP) in Brazil and at UFSC, as well as its effectiveness for students from public schools, black, brown, indigenous, quilombola and low-income families. Affirmative action policies aimed at monitoring and permanence of the student inserted in the University were also raised, indicating the urgency that the Affirmative Action Policy is not reduced to the strategy of student entry, but has effectiveness in monitoring and permanence, in a way that to enable the completion of higher education. Finally, it is about the importance of the Social Work professional and their role in the access to social rights and, among them, to public, free and quality higher education.

**Keywords:** Affirmative Action Policy. University education. Student access and permanence.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de publicações por Programa de Pós-Graduação (pontos percentuais) .....	18
.....	
Gráfico 2 – Quantidade de publicações e seus descritores .....	19
Gráfico 3 – Programa de Pós-Graduação em Educação e ano de publicação .....	20
Gráfico 4 – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ano de publicação .....	21
.....	
Gráfico 5 – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e ano de publicação .....	22
.....	

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Ações Afirmativas
CAEq	Coordenaria de Ações e Equidade
CoAEs	Coordenadoria de Assistência Estudantil
COPERVE	Comissão Permanente do Vestibular
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PAA	Programa de Ações Afirmativas
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional da Educação
PPI	Pretos, pardos e indígenas
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SAAD	Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>23</b>
2.1	O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA .....	23
2.2	ENSINO SUPERIOR E A DISPARIDADE DE CLASSES: O BINÔMIO PRIVILÉGIOS E DESIGUALDADES .....	29
2.3	LUTAS SOCIAIS E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: OS TENSIONAMENTOS PARA A MUDANÇA NA FORMA DE ACESSO .....	33
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NA UFSC.....</b>	<b>36</b>
3.1	O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL .....	36
3.2	POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC .....	39
<b>4</b>	<b>EFETIVIDADE DO PAA NA UFSC E O SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>44</b>
4.1	A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE .....	44
4.2	ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL .....	50
4.3	O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACESSO, ACOMPANHAMENTO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL .....	51
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho aborda-se sobre a Política de Ações Afirmativas no Brasil e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trazendo a política de ensino superior como aspecto constitutivo fundamental do direito à educação, de caráter universal, que pode ser desenvolvida como estratégia de desenvolvimento e transformação de sujeitos, das realidades vividas e, quiçá, da sociabilidade capitalista altamente destrutiva. Ressalta a importância da participação dos movimentos sociais para o fortalecimento da democracia no processo de inclusão social e na conquista de direitos. Além disso, a importância da categoria profissional estar inserida nos espaços sócio-ocupacionais da política da educação.

O interesse no tema surge a partir do processo de estágio, porém deve-se alertar que, como estudante de Serviço Social, nunca me passou a ideia de estagiar na área da educação. Ainda assim, quando surgiu vaga na Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) candidatei-me e fui selecionada. Registro que foi gratificante, um tanto desafiador e, com certeza, uma jornada de muito aprendizado e trocas de experiências. É a melhor forma de traduzir a mistura entre tantas vivências acumuladas em anos e tantas vivências traduzidas em sabedoria com a experiência de quem chegou há tão pouco e com tanto a aprender. E claro, algumas adaptações foram necessárias ao longo do percurso, principalmente pelo fato da pandemia mundial que estamos vivendo.

Parte significativa do trabalho da SAAD é referente ao ingresso dos sujeitos na universidade por meio do processo de validação de renda. A Coordenadoria de Ações e Equidade (CAEq) realiza a validação de renda, que toma praticamente a totalidade do trabalho da Equidade, ainda assim, vale ressaltar o quanto a validação de renda é importante para a garantia do ingresso de cotistas na UFSC. Desse modo, a questão não está no procedimento da validação, mas no fato de não restar espaço-tempo para o desenvolvimento das atividades de acolhida e acompanhamento com as/os estudantes, visando sua permanência na UFSC. Isso evidenciava preliminarmente a necessidade de ampliação da equipe de trabalho para que as ações afirmativas tenham, de fato, efetividade. Além disso, notava-se que muitas atividades dependem de recursos, condições e meios de trabalho, os quais se tornam cada vez mais escassos para operar o Programa de Ações Afirmativas (PAA) no espaço em questão.

Por isso, para além da ampliação e estruturação da SAAD e suas ações, percebia-se a importância de se articular com uma rede interna - para encaminhamentos a outros setores - e

externa à UFSC, que pode perpassar o espectro mais amplo das políticas públicas sociais. Assim vislumbra-se um trabalho com efetividade na complexidade das expressões da questão social que se manifestam na vida dos sujeitos, objetivando a emancipação política, a autonomia, a garantia de acesso aos direitos sociais através das políticas públicas e ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Sendo a questão social, manifestada em suas mais variadas expressões, o objeto de trabalho do Serviço Social, o não acesso às universidades públicas e ao ensino de qualidade, se torna a negação de um direito fundamental e, portanto, uma expressão da questão social na medida em que muitas pessoas não têm sequer a possibilidade de acesso à educação superior.

É a partir desse universo que trazemos como problema de pesquisa a indagação sobre quais os desafios enfrentados pelos estudantes no acesso, acompanhamento e permanência nas universidades por meio das políticas de ações afirmativas. A partir disso, delimitou-se como objetivo geral identificar os desafios enfrentados no acesso, acompanhamento e permanência no ensino superior por meio das políticas afirmativas.

Para desenvolver a pesquisa que deu base a este trabalho, todos os procedimentos investigativos foram orientados pelo método dialético crítico, em consonância com a direção do projeto ético-político do Serviço Social, entendendo que ele possibilita romper com o imediatismo analítico reflexivo e atitudinal que está posto cotidianamente na realidade dos sujeitos. Segundo Konder (2008, p. 7-8) a dialética é definida como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Além disso, para dar conta dos objetivos foi necessário definir a metodologia, entendendo a sua importância uma vez que o ‘como fazer’ determina o processo e o resultado do trabalho, influenciando na instrumentalidade do trabalho profissional. Para interpretar e criar estratégias e transformar esta realidade, utilizou-se de categorias centrais como: a contradição, a totalidade e a historicidade.

Conforme afirma Konder (2008, p. 52), ao tratar sobre a historicidade, “Marx não reconhece a existência de nenhum aspecto da realidade humana situado acima da história ou fora dela; mas admite que determinados aspectos da realidade humana perduram na história”. A categoria historicidade permite fazer uma análise da realidade contemporânea com base na formação histórica da sociedade e, como isso, tem impactado na vida dos sujeitos nos diferentes

contextos. Isso permite um olhar mais aprofundado da realidade dos usuários dos serviços e equipamentos das políticas públicas sociais, por exemplo.

Já a totalidade, segundo Konder (2008, p. 36), “é mais do que a soma das partes que a constituem”, pelo contrário, é o conjunto dos elementos que se interseccionam e se inter-relacionam, conformando processos sociais a partir da mediação entre elementos e interface de seus determinantes. Um exemplo é que o trabalho realizado por um maior número de pessoas entrosadas vem a ser mais produtivo do que se realizado individualmente. Ainda, conforme Konder (2008, p. 36), “na maneira de se articularem e de constituírem uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto”. Nessa perspectiva a própria sociedade é entendida como uma totalidade.

Já a contradição é uma categoria teórico-analítica que expressa a dinâmica presente na sociedade capitalista, especialmente nas relações sociais. Como formas opostas, é o movimento que dialeticamente transforma as relações. Segundo Konder (2008, p. 47) “as conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias”, sendo “a contradição reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem”.

A partir do conjunto formado por esta perspectiva teórica e as categorias de análise, foi possível desenhar os procedimentos metodológicos que permitiriam alcançar os objetivos investigativos propostos e responder ao problema de pesquisa. Para isso, elegeu-se a pesquisa com abordagem qualitativa, considerando que um dos objetivos da mesma é o de responder a questões muito particulares.

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. A diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica (MINAYO, *et al.*, 2007, p. 21).

Neste processo, além das bases teóricas que fundamentaram a investigação, foram definidos os procedimentos metodológicos para dar operacionalidade às atividades da pesquisa. Tomou-se como procedimento metodológico da etapa inicial a pesquisa bibliográfica, cuja exploração foi realizada de forma geral em livros e artigos e de forma específica através da pesquisa em dissertações e teses que constam no repositório institucional da UFSC de três Programas de Pós-Graduação em áreas de conhecimento correlatas ao tema investigado, quais sejam: o Serviço Social, a Educação e a Sociologia Política. Com isso buscou-se levantar o

estado da arte (FERREIRA, 2002), ou estado de conhecimento (MOROSINI, 2015) das produções de pós-graduação sobre o tema nos Programas destas áreas, permitindo assim um aprofundamento sobre a temática.

A construção do ‘estado da arte’ é, assim, o mapeamento preliminar da abordagem do tema numa determinada área e possibilita elencar a base de dados que pode ser utilizada na investigação, assim como permite identificar tendências na abordagem do assunto. Esta técnica é compreendida como uma estratégia em pesquisa bibliográfica, que segundo Piana (2009, p. 120), é aquela desenvolvida através de materiais como livros e artigos científicos, sendo que “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa”. É realizada

através de levantamento dos conhecimentos teóricos, das generalizações e das leis científicas desenvolvidas em relação aos diferentes fenômenos sociais, culturais, psicológicos, políticos, econômicos, que influenciam e motivam. Através desses estudos, podem-se detectar ponderações extremamente relevantes do ponto de vista prático para o planejamento e, ainda, identificar princípios e conceitos referentes ao objeto e categorizar necessidades e aspirações com ele relacionadas (BAPTISTA, 2007, p. 46).

Considerando o caráter exploratório desta pesquisa de TCC, bem como a necessidade e importância de mapear, discutir e refletir sobre a abordagem da Política de Ações Afirmativas na UFSC, a fim de subsidiar a própria análise pretendida neste trabalho, definiu-se por estas técnicas de pesquisa uma vez que elas trazem,

em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Compreendendo que numa pesquisa como esta é necessário determinar o tempo, o lugar e o tipo das produções a serem mapeadas e discutidas, delimitou-se o levantamento temporalmente a partir dos anos 2000 até 2021 (ano de início desta pesquisa em TCC I), buscando-se as produções em nível de mestrado e doutorado realizadas no âmbito da UFSC, pois a partir delas poder-se-ia chegar ao desenho institucional e histórico dessa Política na própria Universidade, atendendo aos objetivos propostos no TCC. Não trabalhou-se com o levantamento em artigos e revistas, bem como em anais de eventos, pois isso levaria a



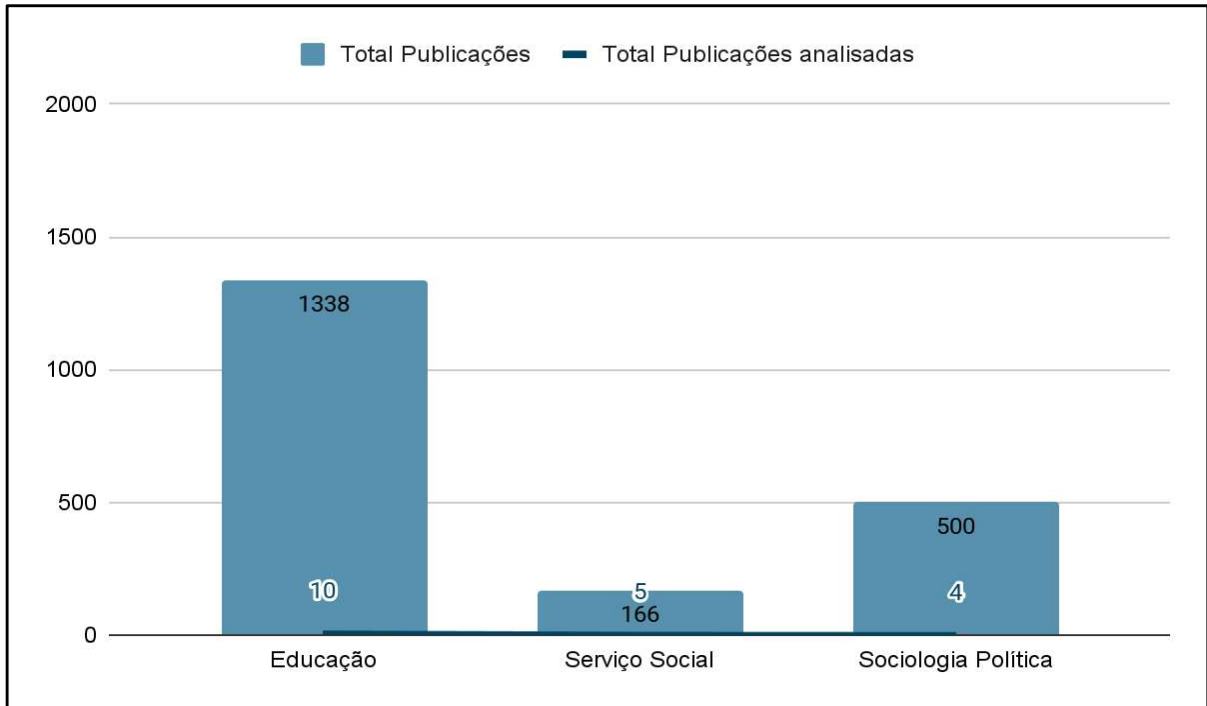
ampliação do escopo dessa pesquisa, cujo recorte encontra-se no desenvolvimento da política de ações afirmativas na UFSC. Também foi preciso delimitar os Programas de Pós-Graduação a serem pesquisados e, considerando que num levantamento preliminar foram identificadas a educação e sociologia política como áreas que cumulam mais produções, definiu-se pela realização da pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, agregando-se o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social por ser a área de formação da pesquisadora e para atingir um dos objetivos específicos propostos. O levantamento do estado da arte ou estado de conhecimento foi realizada nestes três programas a partir do Repositório da UFSC<sup>1</sup> organizado e disponibilizado pela Biblioteca Universitária através de ferramenta de busca textual. Na investigação foram utilizados os seguintes descritores: ações afirmativas, acesso ao ensino superior e universidades, permanência estudantil e assistentes sociais, permitindo assim um aprofundamento sobre a temática.

Na área da Educação localizou-se um total de 1338 publicações, obtendo-se 10 teses e dissertações com os descritores mencionados. Já na área do Serviço Social, temos um total de 166 publicações e 5 com os descritores, e na área da Sociologia Política há um total de 500 publicações e apenas 4 com os descritores, totalizando assim 19 teses e dissertações.

---

<sup>1</sup> Trata-se de um repositório de dados acadêmico-científicos disponível no formato online, que agrega toda produção de conhecimento desenvolvida no âmbito da UFSC (graduação e pós-graduação) e encontra-se disponível no seguinte link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>

Gráfico 1 – Total de publicações por Programa de Pós-Graduação (pontos percentuais)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

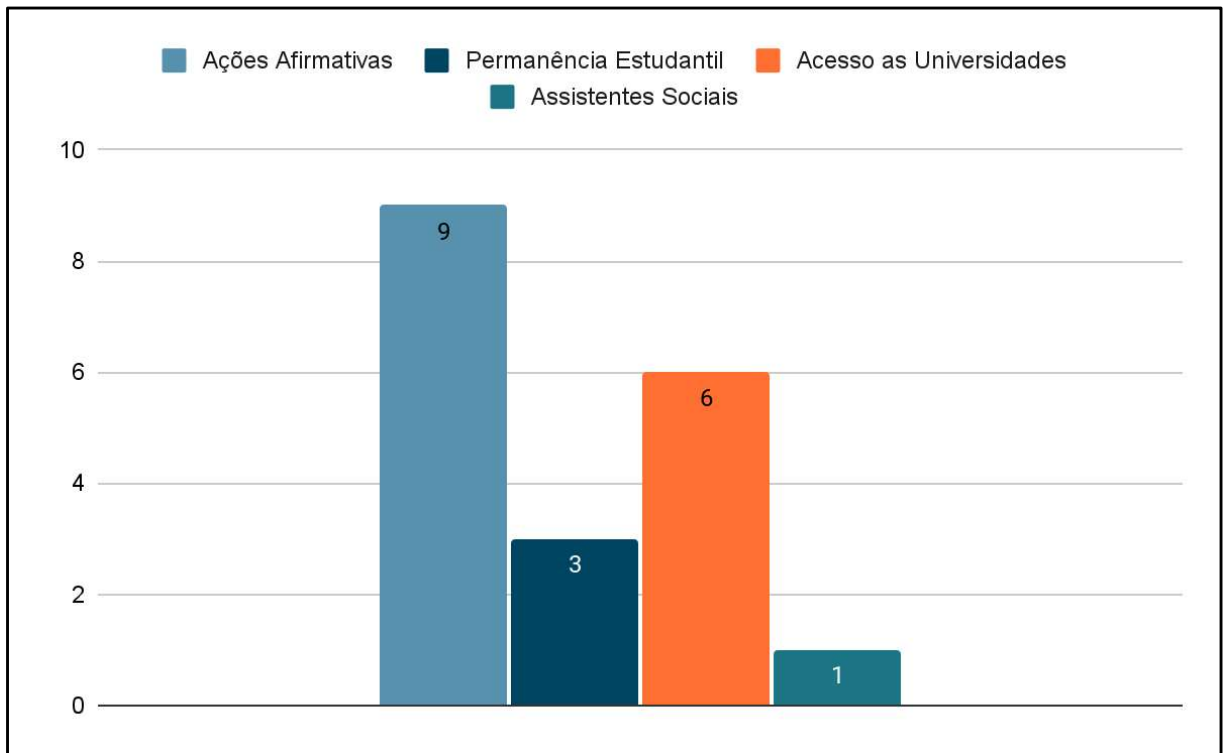
Diante do gráfico mencionado acima, nota-se que a área da Educação é a que mais centraliza as teses e dissertações disponibilizadas no Repositório da UFSC. No entanto, considerando o universo específico das produções de cada área, verifica-se que no período delimitado o Serviço Social aborda o tema em 3,01% do total das produções do Programa, seguido pela Sociologia Política com 0,80% e por último a Educação com 0,74%. Assim, sinaliza-se a importância da área do Serviço Social se apropriar mais sobre essa política, ao mesmo tempo em que se reconhece que proporcionalmente o tema tem maior visibilidade interna neste Programa de Pós-Graduação do que em outros. Também preliminarmente reconhece-se a necessidade de que a Política de Ações Afirmativas na UFSC seja mais investigada, visto que tem tanta relevância no cotidiano dos discentes e suas famílias, pois se trata de uma política estratégica nas correlações de forças sociais e políticas na sociedade capitalista brasileira.

Inclusive, o ano de 2022 tem grande relevância no cenário das Ações Afirmativas, visto que o Projeto de Lei 3422/2021, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas e outras providências, está em tramitação atual na Câmara dos Deputados. O PL em questão prorroga por 50 anos (para 2062) a necessidade de revisão da lei 12.711/2012, que instituiu o programa de cotas no ensino superior e irá expirar em agosto

deste ano. Caso a lei não seja aprovada ou revisada, o programa de cotas poderá ser extinto esse ano.

O gráfico abaixo mostra a quantidade de teses e dissertações referente a cada descritor, no qual podemos perceber que o descritor com maior quantidade é ‘ações afirmativas’.

Gráfico 2 – Quantidade de publicações e seus descritores

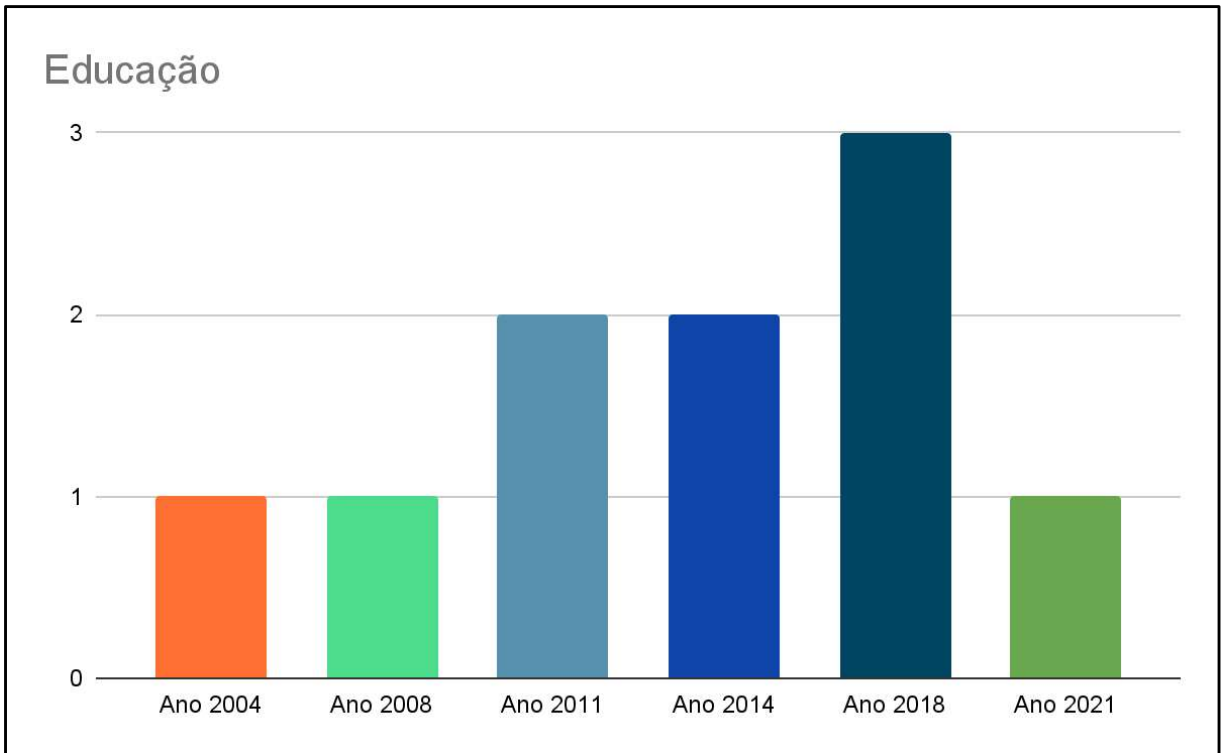


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A partir dos dados, observa-se que a abordagem do tema tem centralidade na própria denominação da política pública e que o significado mais contundente impresso a ela está no acesso ao ensino superior. A baixa abordagem sobre a permanência estudantil já indica de antemão que há dificuldades em pensar que o acesso às Universidades através da Política de Ações Afirmativas precisa estar acompanhado pelas condições de permanência do/a estudante. Por último, considerando que 02 dos 03 Programas pesquisados são de outras áreas que não o Serviço Social, entende-se como plausível a abordagem do descritor ‘assistentes sociais’ em apenas 01 das 19 produções levantadas. Ainda assim, sinaliza-se a importância de que mais investigações e produções possam abordar o trabalho destes profissionais na Política de Ações Afirmativas.

A seguir, iremos verificar os gráficos de acordo com a sua área de estudo e devidos anos nos quais as teses e dissertações foram publicadas.

Gráfico 3 – Programa de Pós-Graduação em Educação e ano de publicação

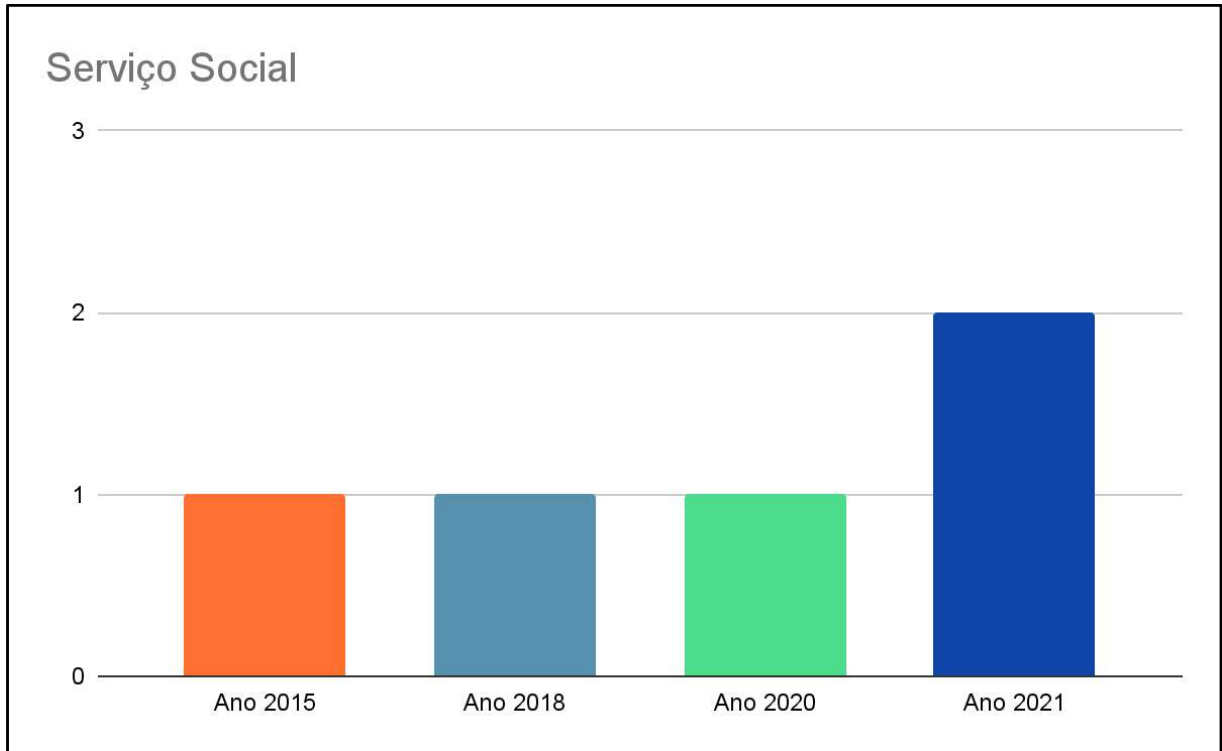


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O gráfico acima está ilustrando os anos das publicações referentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação, indicando que a tese e/ou dissertação mais antiga foi publicada no ano de 2004, e as mais recentes em 2021, o que sinaliza como marco inicial o momento em que a Política de Ações Afirmativas começava a ser desenhada como uma política necessária e possível de ser implementada nacionalmente. Importante ressaltar que os anos que não aparecem no gráfico é porque não houve publicações, o que sinaliza vácuos temporais de abordagem, possivelmente relacionados com a não alteração da política e de seus programas e benefícios nestes dados períodos. Tece-se esta análise, pois compreende-se que a realidade concreta, objetiva, mobiliza e aciona os esforços de pesquisa nas ciências sociais e humanas, fazendo com que as pesquisas e produções geralmente expressem o movimento e as tendências da realidade.

Já o gráfico abaixo, da área do Serviço Social, possui a sua tese e dissertação mais antiga publicada em 2015 e a mais recente em 2021.

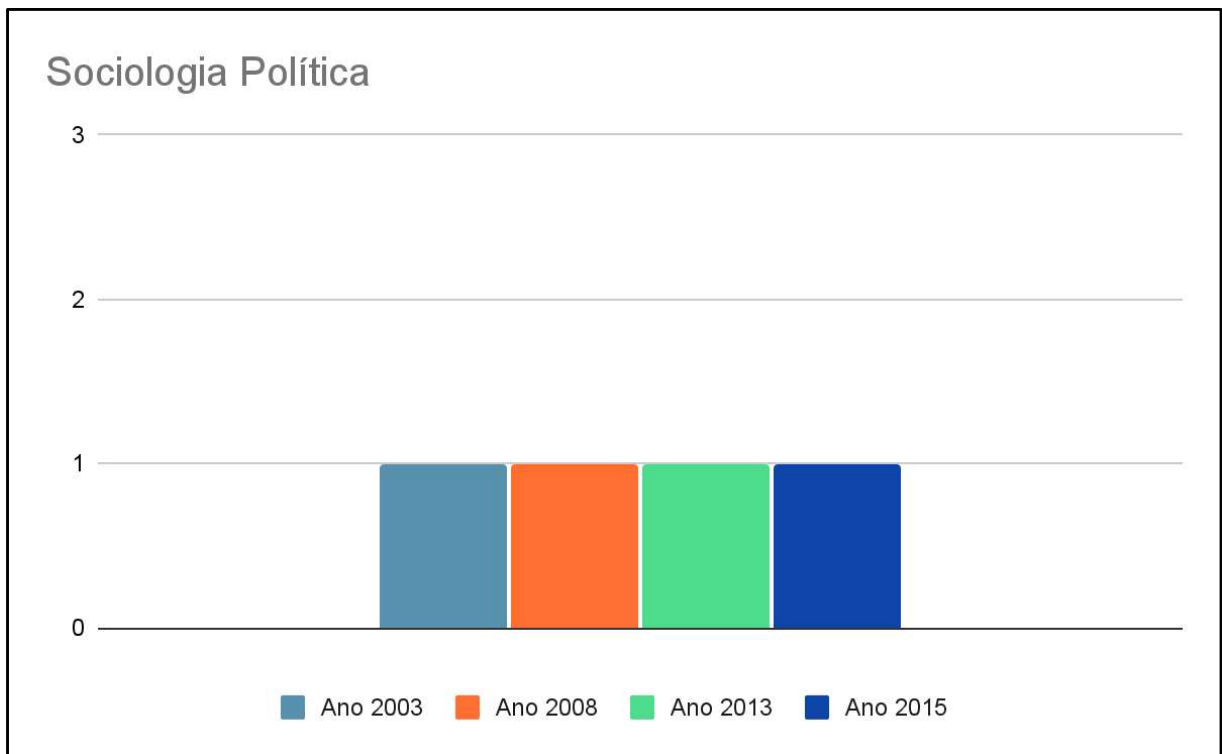
Gráfico 4 – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ano de publicação



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Serviço Social é a área de conhecimento em que as publicações são feitas nos últimos 6 anos e neste período as pesquisas vêm num movimento crescente de abordagem do tema, o qual sinaliza que o movimento da realidade, implantação e execução bastante recente da Política de Ações Afirmativas é que determina o ingresso desta abordagem na área profissional e de conhecimento, ou seja, no campo investigativo *stricto sensu*.

Gráfico 5 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e ano de publicação



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As publicações da área da Sociologia Política têm como mais antigo o ano de 2003 e mais recente 2015. Nota-se que este é o Programa de Pós-Graduação onde consta a publicação mais antiga das três áreas, mas que a temporalidade não se diferencia tanto com as outras duas áreas. Também nesta área ocorrem as maiores lacunas temporais na abordagem do tema, já que ele vai aparecendo de cinco em cinco anos, exceto nas últimas produções que tem intervalo de tempo de dois anos (entre 2013 e 2015).

Portanto, identifica-se que o tema foi sendo tomado como objeto de investigação no âmbito da Pós-Graduação de forma contemporânea nestes três Programas, o que sinaliza que havia um movimento da temática na sociedade e sua relevância leva a tornar-se objeto de investigação de pesquisadoras/es. A partir do levantamento das produções, passou-se à fase de leitura e análise dos materiais, que também se configuraram como fonte de dados para a pesquisa bibliográfica, e resultaram no desenvolvimento deste trabalho.

Convém ressaltar que a partir dos objetivos específicos percebeu-se a necessidade de agregar a pesquisa documental nos procedimentos da investigação, considerando que ela contribui para identificar, quantificar, analisar e organizar as informações e publicações oficiais próprias da política norteadora, seja no âmbito das normativas federais ou internas à própria

UFSC. Isso ocorre porque a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, as quais são encontradas ainda sem tratamento analítico, tais como: portarias, instruções normativas, resoluções, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios e outros documentos oficiais, entre outros documentos. Pádua (1997, p. 62) define a pesquisa documental como: “aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”.

Como resultado da investigação realizada, estruturou-se o TCC em três capítulos de desenvolvimento, que foram organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo são apresentadas e discutidas as condições gerais sobre o acesso ao ensino superior no Brasil, considerando as particularidades da sua formação sócio-histórica. A partir disso, trata-se sobre os elementos fundamentais para se pensar no binômio privilégios e desigualdades existente na educação brasileira, o que inclui seu acesso e permanência. Ainda nesse capítulo apresenta-se os tensionamentos que ocorrem para a mudança na forma de acesso e as lutas sociais para a expansão do ensino superior.

Seguindo nessa temática, no segundo capítulo apresenta-se o histórico da política de ação afirmativa, que surgiu como uma alternativa para atenuar - não eliminar - a situação de exclusão e as desigualdades existentes na sociedade e no sistema de ensino superior, destacando sua construção no Brasil e na UFSC.

No terceiro e último capítulo, aborda-se sobre o acompanhamento e a permanência desses estudantes na universidade, quais os programas existentes e como se efetivam, bem como o papel e a importância do profissional de Serviço Social na política de ação afirmativa.

Por fim, são feitas as considerações finais referentes ao trabalho realizado, que não encerram a discussão, mas indicam os limites e as possibilidades do desenvolvimento da Política de Ações Afirmativas especialmente na UFSC, as quais podem ser ainda mais aprofundadas em futuras investigações.

## **2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

### **2.1 O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA**

Quando o Brasil foi ocupado no ano de 1500, ainda na condição de colônia de Portugal, segundo Lima (s/ano, p. 33), “quanto ao ensino superior não chegaram os jesuítas a implantá-

lo no Brasil. Apenas alguns graus acadêmicos foram conferidos pelo Colégio da Bahia”. Nesta época era importante e interessante para o império colonizador, que os filhos da elite da Colônia brasileira realizassem seus estudos universitários em terras portuguesas, assim, mantinha-se um vínculo de dependência para com o reino.

É importante registrar que as estratégias de socialização, transmissão de conhecimento e educação, tanto dos povos originários brasileiros como dos povos africanos sequestrados na África e escravizados no Brasil, foram não só desconsideradas e invisibilizadas, mas inclusive tratadas como incivilizadas e, por isso, combatidas veementemente com violência. A catequização de indígenas e a criação de Igrejas de Pretos nas principais vilas, nos núcleos urbanos e sedes de fazendas e engenhos denota como fora realizada uma espécie de inculturação violenta, pela qual se repassavam algumas mínimas estratégias educacionais. Apenas um número muito reduzido da população negra, mestiça, de pobres e indígenas eram letradas e quando essa exceção ocorria, geralmente era por intervenção da Igreja. Se assim o era com o letramento, imagine-se em relação ao ensino superior: simplesmente inexistia.

Foi apenas em 1827, três séculos após, que a Assembleia Geral Legislativa ordenou a abertura de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Nisso, também foram criados alguns empecilhos para que os excluídos (índios e mestiços, pobres, mulheres, escravos e população negra) tivessem dificuldade em acessar o ensino. Conforme Sato (2011, p. 27), “esta diferenciação de condições persiste até os dias de hoje, pois ainda é desta maneira que o Estado e a legislação resolvem a ineficiência de um sistema, que pretende-se e proclama-se democrático”.

Em 1879, Carlos Leôncio de Carvalho, que no momento ocupava o cargo de Ministro dos Negócios do Império, por meio do Decreto-Lei 7.247 de 19 de abril de 1879, reformou a instrução pública primária e secundária e instituiu o ensino superior em todo o Império. Por volta de 1889, com a Proclamação da República, o poder público passa a assumir a responsabilidade pela educação nacional e com isso, separava o ensino superior e passava aos governos estaduais o ensino médio e primário, onde permitia-se a criação de instituições privadas, a partir do qual aconteceu um aumento e uma diversificação do sistema. Desde essa época se torna a utilização de exames oportuna enquanto estratégia de mensuração de conhecimento, onde eram chamados de exame de estado e logo após, exame de suficiência.

Entre os anos de 1920 e 1960 não era permitido a participação de todos os alunos do sistema brasileiro nas seleções para as universidades, e um dos motivos era a não oferta de



vagas para todos. Na década de 1960, com a ampliação de vagas no ensino médio, um grande número de pessoas obteve acesso às universidades, mas o sistema continuou oferecendo menos vagas que a demanda por elas. Assim, consolidou-se um modelo de ingresso restritivo, que aciona a meritocracia para possibilitar o ingresso no ensino superior. Foi nesse período que a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 -, concedeu aos alunos dos diferentes ramos do ensino médio (agrícola, industrial, comercial, militar, etc.), a possibilidade de ingressar na universidade. Em 1966, o Estado se obrigou a aumentar o número de vagas, abrindo novos cursos e faculdades, mas ainda assim em quantidade muito abaixo da necessidade, o que, volta-se a afirmar, contribuiu para consolidar um modelo de ensino superior meritocrático e antidemocrático no que tange o ingresso, permanência e conclusão.

Em 1968 houve a primeira Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), que modificou o acesso, a estrutura e o funcionamento do ensino superior brasileiro.

A Reforma Universitária de 1968 tinha respostas aos industriais, às iniciativas privadas educacionais e aos movimentos reivindicatórios, principalmente o estudantil. Destaca-se a característica contraditória dessa lei, por querer agradar a todos, persistindo como consequência positiva somente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que se chamava modernização do ensino nada mais era do que uma adequação às necessidades do cenário político econômico do período. (VELHO, 2003, p. 46-47)

Se a Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o *antigo padrão brasileiro de escola superior*, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (Fernandes, 1975, p. 51-55).

Logo após esta lei, houve a Reforma do Ensino de 1º e 2º grau. Nesta Reforma (Lei nº 5.692/1971), alterou-se o modo e os objetivos da educação nacional, onde os cursos de segundo grau passaram a ser profissionalizantes. Assim, essa profissionalização formava mão de obra para o mercado de trabalho e evitava que muitos estudantes chegassem à universidade. Com essas reformas e medidas que ocorreram de 1961 a 1971, o exame vestibular tornou-se uma avaliação classificatória no qual eliminava quem não alcançava os resultados exigidos.

Convém salientar que mesmo em um período de muita repressão política-ideológica no país, foram estabelecidas medidas de busca de participação e democratização interna, que

foram fruto da própria dinâmica das instituições de ensino superior (IES), fazendo com que a universidade se tornasse mais próxima aos ideais dos movimentos estudantis e docentes, onde houve um grande aumento de participação desses movimentos. Por este motivo, a Universidade brasileira era vista como reduto de sujeitos políticos perigosos e que precisavam ser controlados e combatidos pelo Regime Ditatorial Militar. Nesse sentido, inúmeros estudantes, professores e técnicos administrativos das universidades foram presos, torturados, assassinados, ou se tornaram desaparecidos, sem que, no entanto, desaparecessem as formas de resistência e luta nas Universidades.

Devido à profunda cisão que ocorrera entre as bases desse sistema (alunos e docentes) e o governo militar, a nova estrutura universitária, exatamente na medida de sua vocação democrática e de fortalecimento de valores acadêmicos, dificultava o controle ideológico e político por parte do regime autoritário. Em função disso, montaram-se mecanismos paralelos não-acadêmicos de controle político-ideológico que se constituíram como elemento corruptor e perturbador de todo o sistema, enfraquecendo os sistemas de mérito, que a estruturação da carreira deveria revigorar, destruindo a autonomia e fortalecendo os sistemas de cooptação e clientelismo. Nesse processo, docentes e estudantes refugiam-se numa postura de oposição intransigente e, atribuindo "à ditadura" todos os males da universidade, eximem-se de uma reflexão mais aprofundada sobre os problemas que ela enfrentava (SAMPAIO, 1991, p. 16)

Na década de 1990 houve a aprovação da segunda LDB através da Lei Federal nº 9.396/1996, onde os níveis de educação foram divididos em educação básica e superior, sendo caracterizada pela expansão do ensino fundamental e do ensino superior privado. A principal demanda do período foi de universalizar o ensino obrigatório e obter um maior acesso à educação superior.

Sendo assim, o concurso vestibular já existente enquanto forma classificatória para o ingresso universitário, fundamentado na meritocracia das notas, ganha ainda mais legitimidade, consolidando-se historicamente como dispositivo meritocrático. Esse modelo classificatório continua sendo utilizado pela maioria das universidades, mesmo que a LDB tenha flexibilizado as formas de acesso ao ensino superior, deixando assim a critério de cada instituição. Atualmente as IES que não realizam vestibulares ou outras formas de provas/testes para ingresso são as instituições privadas, sempre interessadas em angariar mais e mais estudantes, a fim de que os mesmos paguem altas somas de mensalidade. Fica estabelecido que as universidades, “ao deliberar sobre os critérios e normas de seleção e admissão de estudantes,

levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).<sup>2</sup>

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que ocorreu de 1995 a 2003, operou medidas extremamente destrutivas para o Ensino Superior, localizando sua estratégia organizativa em torno de “reformas”. Na estratégia de governo dava-se ênfase nas privatizações e na previdência social, desprezando as conquistas da Constituição Federal de 1988 no campo da seguridade social. Conforme Behring e Boschetti,

Houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 153).

Dentre essas reformas de caráter neoliberal, a educação de forma geral também passou por reformas em sua estrutura e orientação. Em relação às universidades, a instrução é a retirada das instituições do aparelho do Estado com proposta de sua autonomia financeira e administrativa, orientando uma ciência que se tornou mercadoria e uma profissionalização cientificizada, centro de uma nova cultura política. No processo de sintonia do capitalismo brasileiro com as diretrizes do capitalismo mundial, tornava-se imperioso enxugar o Estado, transferindo-se responsabilidades públicas para a sociedade civil (SANFELICE, 2003).

A partir disso, o governo FHC fez a adoção da política neoliberal diretamente vinculado à educação pública, mais diretamente com o ensino superior, no qual ocasionou enxugamento das universidades públicas. O governo também se opôs à proposta inicial do Plano Nacional da Educação (PNE) 2001-2010, que foi construído em 1998.

O PNE 2001-2010 estabelecia diretrizes e metas para toda a educação brasileira no período de dez anos. Já na educação superior, se previu o aumento de jovens entre 18 e 24 anos neste nível de ensino de 12% para 30%; criação de um sistema de educação à distância; maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino; a criação de políticas inclusivas e incentivar as instituições públicas a adotarem programas de assistência estudantil, entre outras (BRASIL, 2001). Nota-se que as medidas para a educação superior neste início do novo milênio voltaram-se diretamente para formar força-de-trabalho com qualificação no ensino superior, tanto para incrementar o conhecimento do contingente de trabalhadores a serem explorados pelo capital, quanto para aumentar os níveis educacionais, que era um dos requisitos das

---

<sup>2</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 51 - Garante o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública.

agências e organismos internacionais para que continuassem sendo repassados recursos de rolagem da dívida pública para os Estados-Nação.

Necessário dizer que neste mesmo contexto de hegemonia do capitalismo mundial construía-se processos de resistência e de lutas sociais, sendo a garantia de uma forma alternativa de ingresso no ensino superior uma das estratégias adotadas, especialmente pelos movimentos sociais negros. Aliás, desde meados da década de 1970 e 1980 as desigualdades no acesso e permanência no ensino superior eram pautadas pelos movimentos sociais enquanto expressões do racismo na sociedade brasileira.

As universidades públicas, foco privilegiado das críticas dos cursos pré-vestibulares populares, são instituições que, no contexto das relações sociais e raciais brasileiras, historicamente funcionam como instituições privativas, como instituições que, na prática, destinam seus serviços e suas produções para a reprodução de determinados grupos sociais. Não é por acaso que os cursos pré-vestibulares populares reclamam e denunciam que a universidade pública no Brasil é espaço de exclusão, com cultura e processos internos que dificultam a entrada e a permanência, em seu âmbito, de estudantes oriundos dos setores populares. Não é por acaso também que a proposta de cotas para negros, indígenas, estudantes pobres e estudantes oriundos de escolas públicas têm o apoio da maioria dos cursos pré-vestibulares populares. Na verdade, os cursos pré-vestibulares populares constituem a base social sobre a qual se fundamentam as propostas de ação afirmativa no ensino superior (NASCIMENTO, 2010, p. 61).

Ora, as pequenas e ainda insuficientes alterações políticas no ensino superior, pautadas pelos movimentos sociais que debruçaram-se na construção de uma proposta do PNE (2001-2010), carregavam consigo perspectivas de direitos sociais e neles do direito à educação que vinham sendo amadurecidos há décadas nos espaços de lutas. No âmbito dos movimentos sociais negros, a luta pelo acesso ao ensino superior foi fortemente influenciada pelo movimento dos cursinhos pré-vestibulares populares.

Embora tenham proliferado e se tornado politicamente expressivos ao longo dos anos de 1990, os cursos pré-vestibulares populares não surgiram nesta década. Em 1975, por exemplo, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), uma organização do movimento negro, situada no Município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, organizou um curso pré-vestibular para negros. [...] Entretanto, foi na primeira metade da década de 1990 que este tipo de organização para lutar por acesso ao ensino superior ganhou popularidade e formas que tornam possível caracterizá-las como um movimento social. Isso começou a acontecer, principalmente, a partir do surgimento dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2010, p. 62-63).

Foram estas lutas sociais protagonizadas pelos sujeitos políticos que viviam a concretude da exploração na sociedade brasileira, associada à exclusão da política de ensino superior, que tensionaram para que gradualmente fosse admitida a necessidade de políticas de ações afirmativas para que o quadro fosse modificado.

O crescimento do número de cursos pré-vestibulares populares a partir da metade da década de 1990 e algumas ações objetivas desenvolvidas por seus integrantes em instituições de ensino e instituições com poder de formulação de políticas públicas, como reivindicações de isenção de taxa de inscrição de vestibular para os estudantes, negociações de bolsas de estudos, proposições de medidas de apoio aos estudantes pobres e negros, participações em comissões de formulação e avaliação de políticas públicas, participações em pesquisas acadêmicas, manifestações e posicionamentos públicos em favor de políticas de ação afirmativa e da abertura das instituições ao seu trabalho e às suas propostas (escolas públicas e instituições de ensino superior, fundamentalmente), passaram a influenciar professores, gestores e legisladores, a ponto de servirem de base para questionamentos sobre desigualdades e relações produtoras de desigualdades, e causando constrangimentos aos grupos que, historicamente, se beneficiam do fechamento, aos mais pobres e aos grupos sociais naturalizados pelo racismo como inferiores, do acesso aos direitos (NASCIMENTO, 2010, p. 61).

É tarefa ressaltar que neste período as universidades passaram a contar com as cotas étnico-raciais a partir da criação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, que ocorreu em 2002, já que as demandas de exclusão e desigualdades sociais não foram superadas.

Este foi o contexto de surgimento da política de ações afirmativas. Podemos afirmar que na perspectiva dos movimentos sociais de luta, as ações afirmativas têm caráter reparatório/compensatório e/ou preventivo, pois configuram-se como estratégias pelas quais se busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade a certos grupos no passado, presente e também no futuro.

No terceiro capítulo aborda-se um pouco mais desse assunto, trazendo a política de ações afirmativas em sua totalidade, resgatando seu histórico de implantação no Brasil e na UFSC. Antes, contudo, ainda é necessário debater como a disparidade de classes concretiza-se no contexto de acesso, permanência e conclusão do ensino superior.

## 2.2 ENSINO SUPERIOR E A DISPARIDADE DE CLASSES: O BINÔMIO PRIVILÉGIOS E DESIGUALDADES

Um dos países mais desiguais é o Brasil. Segundo Georges (2017, p. 17), “nossos indicadores de desigualdade são como diferentes lentes que fotografam o mesmo problema - o distanciamento hierarquizado de grupos sociais”.

A educação brasileira e a universidade no país estão marcadas por grandes desigualdades sociais. Os marcadores de classe, raça e etnia, gênero, território e outros são determinantes para a possibilidade de acesso e permanência na Universidade.

Pode-se dizer que no Brasil as desigualdades fazem parte da formação histórica, das dinâmicas da sociedade e suas instituições. Há uma espécie de lógica estabelecida

nesta sociedade que produz e mantém estáveis, ao longo da história, hierarquias, possibilidades e lugares sociais. Essa lógica social é composta por um conjunto de preconceitos e práticas sócio-culturais cristalizadas que atuam na produção e manutenção das assimetrias e hierarquias que podem ser observadas nas relações sociais (NASCIMENTO, 2010, p. 118).

A origem destas desigualdades está no modo de produção capitalista e na sociabilidade dele decorrente. Nela, a manutenção de um sistema de ‘desigualdades’ tem no polo oposto a manutenção dos privilégios das elites dominantes. Assim configura-se o binômio privilégios *versus* desigualdades, sustentado nas relações sociais de exploração e dominação de classe, raça e etnia, gênero e sexualidades. Estratégias voltadas para a conservação de tais privilégios das elites brasileiras marcam a formação sócio histórica brasileira e determinam a política de educação, inclusive o ensino superior. Dentre tais estratégias, o racismo estrutural tem destaque.

Nas relações sociais concretas observa-se que além da divisão social em classes, própria da dinâmica do capitalismo, o racismo, o preconceito e a discriminação racial aparecem, na mesma forma, como questões centrais para o entendimento dessa lógica social que determina inclusões diferenciadas, hierarquização racial, pobreza e miséria em níveis inaceitáveis (NASCIMENTO, 2010, p. 119).

A educação de qualidade no ensino superior é ainda mais rara para a população da classe trabalhadora mais empobrecida. As diferenças e as desigualdades aparecem em várias dimensões, pois se revelam até mesmo dentro dos próprios cursos. Essas desigualdades sofridas pelos estudantes acontecem porque, simplesmente, a universidade e a sociedade não estão preparadas para atender as diferenças existentes entre eles.

Caracterizamos como estudante de origem popular, aquele estudante que se enquadra dentro dos seguintes critérios: ser morador de espaços populares (bairros populares, comunidades e ocupações), ter cursado boa parte da vida escolar em instituições da rede pública de ensino, bem como possuir renda familiar abaixo de três salários mínimos ao mês. O estudante de origem popular, além de sua condição social, possui uma série de outras condições peculiares compostas por vivências que não são valorizadas na universidade (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006, p. 13).

A educação, conforme a Constituição Federal, é um meio para se alcançar a cidadania e reversão das desigualdades sociais.

A educação tem sido citada de forma recorrente como indispensável tanto para avançar no desenvolvimento do país como para enfrentar a persistente desigualdade social. Essa discussão tem se concentrado nos efeitos econômicos diretos sobre a educação. Porém, [...] há a questão dos efeitos indiretos da educação. Ou seja, independentemente dos seus efeitos econômicos mais diretos, a educação traz diversas outras implicações relevantes que atuam de forma indireta e colaboram para a compreensão dos mecanismos que entram o desenvolvimento e atuam na persistência da pobreza e da desigualdade (MADEIRA, 2006, p. 147).

A construção sócio-histórica brasileira foi marcada pela desigualdade racial, a qual se relaciona diretamente com a desigualdade social no âmbito da educação. A escravização das

populações negras sequestradas em África e inseridas violentamente no Brasil ainda trazem consequências na contemporaneidade. Dentre os efeitos deste processo histórico considera-se que,

em geral, a juventude negra e pobre é a mais afetada pelas barreiras educacionais. Baixo número de anos de estudo, evasão escolar e dificuldade de acesso à universidade são problemas maiores para esses grupos, que não por acaso, estão na base da pirâmide de renda brasileira (GEORGES, 2017, p. 60).

Não deve se desconsiderar que a desigualdade racial apresenta-se nos diversos níveis da sociedade de uma forma mais evidente do que a desigualdade social, confirmando a ideia de que a exclusão e a pobreza não são somente econômicas, mas produtos do preconceito e da discriminação racial, pois, a população negra carrega o estereótipo como marca de inferioridade, que historicamente se expressou no não acesso à educação (ZANDONA, 2008).

Democratizar o acesso e a permanência de jovens oriundos de camadas populares na Universidade é um caminho para se reverter o quadro antidemocrático, mas há de se considerar também que as questões de gênero e etnia tornam ainda mais delicada a discussão em torno das desigualdades no ensino superior. O sistema de cotas que várias universidades brasileiras vêm adotando nos últimos anos é uma tentativa de amenizar as desigualdades gritantes que permeiam o ensino superior brasileiro. No entanto, a adoção de ações afirmativas apenas no ensino superior não abrange a complexidade do assunto, se os ensinos fundamental e médio (públicos) não forem melhorados, o acesso à universidade ficará eternamente sob a sombra das diferenças sócio-econômicas atuais (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006, p. 23-24).

Algumas alternativas estão ocorrendo para dar respostas a essas demandas, como os cursinhos pré-vestibulares populares para estudantes negros, indígenas, quilombolas e de baixa renda, que historicamente constituíram-se como movimentos sociais e tensionaram para a criação de políticas de ações afirmativas. Importante dizer que hoje muitos destes cursinhos pré-vestibulares, denominados por cursinhos comunitários, são financiados pelo Ministério da Educação ou mantidos por projetos de universidades públicas. Há ainda a oferta de bolsas de estudo; a isenção das taxas de inscrição para o vestibular; e as chamadas políticas de cotas raciais ou sociais. Todas estas estratégias são importantes e necessárias, mas ainda são incipientes para enfrentar o binômio privilégios *versus* desigualdades, especialmente porque são precarizadas e não recebem inversão específica de recursos financeiros do Estado brasileiro previsto em rubrica da Lei Orçamentária.

Existem muitas razões pelas quais a inclusão social no ensino superior é considerada como importante, pois traz diversos benefícios para as pessoas, e não é justo que estes benefícios fiquem restritos a determinados grupos sociais, que tiveram mais oportunidade de ir a boas escolas secundárias e se preparar para os exames vestibulares. É importante, para as instituições de nível superior e para o país, ampliar a presença de pessoas de diferentes origens e condições sociais nas universidades, tornando-as mais plurais e diferenciadas, social e culturalmente (SCHWARTZMAN, 2008, p. 23).

A educação é o princípio básico para o desenvolvimento de todos os cidadãos. É através dela que se pode promover o crescimento e a transformação social, reduzindo-se as desigualdades. O direito de todos à educação, independentemente de suas origens étnicas, sociais e religiosas, deve ser o princípio básico de qualquer debate sobre inclusão social na universidade. Acredita-se que existem duas maneiras de pensar a questão da inclusão no ensino superior. A primeira - que predomina na discussão brasileira - é pela ampliação do acesso, e a segunda é através de uma política mais diversificada de admissão de estudantes, que pode, em princípio, ser alterada mesmo quando o tamanho do sistema de educação superior permanece inalterado, ou se altera pouco (SCHWARTZMAN, 2008).

Refletir sobre as desigualdades sociais a partir dos reflexos que ela produz na educação leva a identificar que ainda há muitos desafios a serem enfrentados e superados. É preciso avançar muito ainda para concretizar melhores condições de vida para a população trabalhadora, sujeito demandante das ações afirmativas. A Constituição Federal Brasileira de 1988 é explícita quando um dos seus princípios democráticos é a igualdade de oportunidade entre os indivíduos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mas como falar em igualdade de oportunidade em um país cujas desigualdades são tão evidentes, como acima foi apontado?

Vivemos em um país de injustiças seculares em que a desigualdade figura como algo permanente e natural e a pobreza parece resistir aos discursos e às políticas que pretendem erradicá-la. Não é mais possível desconhecer ou ignorar essa realidade. A população vive segregada em classes de renda cada vez mais díspares, configurando taxas de desigualdade incompatíveis com sociedades democráticas e com as melhores tradições republicanas. O acesso ao ensino superior é uma das expressões mais claras da nossa desigualdade social. Famílias de baixa renda têm enormes dificuldades de acesso à educação superior e apenas algumas, em número muito reduzido, conseguem que seus filhos cheguem à condição de disputar uma vaga para o ensino superior (PENA, s.d.).

Segundo Almeida (2020, p. 158), “ainda nos Estados Unidos, o sociólogo negro Oliver Cox em seu vultoso *Caste, Class and Race* propõe a tese de que o racismo é derivado das relações econômicas capitalistas e compõe um aspecto essencial da luta de classes.”

De acordo com Davidovich (2005), em resposta a ações que democratizam o acesso, iniciativas de Ações Afirmativas são necessárias para todo o sistema educacional brasileiro, contribuindo com o enfrentamento da desigualdade social e de oportunidades, o que acaba afetando os indivíduos oriundos dos grupos étnicos-raciais, culturais e sociais que vivem cotidianamente o polo das desigualdades.



Sendo assim, as ações afirmativas se configuram como estratégia de luta para o enfrentamento do binômio privilégios *versus* desigualdades, tornando o processo de acesso e permanência dos estudantes das classes trabalhadoras uma possibilidade que tenha concretude, conferindo presencialidade aos que historicamente não tiveram a oportunidade de existir dentro do espaço universitário. Ou seja, busca-se a igualdade de oportunidades para quem vive no dia-a-dia a discriminação e o preconceito decorrentes da discriminação étnico-racial, de gênero, de classe, entre outros.

É importante saber que o destino das políticas de combate ao racismo está ligado aos rumos políticos e econômicos da nossa sociedade. Isso significa que a mudança da realidade vivida pela população que enfrenta as desigualdades requer a transformação do Estado e da sociabilidade capitalista, tema que passa a ser abordado no último subitem deste capítulo.

### 2.3 LUTAS SOCIAIS E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: OS TENSIONAMENTOS PARA A MUDANÇA NA FORMA DE ACESSO

A centralidade dos movimentos e lutas sociais têm se direcionado, em boa parte, para a contestação e tensionamento do modo de produção capitalista. O cerne dos necessários enfrentamentos encontra-se nas expressões da questão social, visto que esta se manifesta diante da desigualdade social desencadeada do próprio capitalismo, gerando expressões como pauperização da classe trabalhadora, violência, desemprego, etc. É importante utilizar a categoria questão social ao tratar de lutas sociais, uma vez que suas expressões geram inconformismo, indignação e rebeldia, potencialmente produzindo formas de consciência da classe subalterna - eis aqui uma das grandes contradições da relação capitalista. Nesse sentido, faz-se necessário relacionar a dimensão política da indignação com os projetos societários coletivos que pressupõem a participação e a organização da sociedade. Cabe ressaltar que a sociedade, quando carregada de participação popular nas lutas sociais, dificulta a ação exploratória e desigual da classe dominante. Porém, como afirmam Alves e Vieira,

É importante demarcar ainda que, pensar projetos societários na ordem burguesa implica entender que no capitalismo tais projetos são constituídos conforme uma perspectiva de classe, que são permeados por uma dimensão política e que envolvem relações de poder; a construção desses projetos, em suas dimensões, política, social, cultural e ideológica são perpassadas pelas condicionalidades históricas e econômicas, no bojo da correlação de forças instituída (ALVES; VIEIRA, 2014, p. 134).

Ressaltamos que, tanto nos governos conservadores, como nos governos progressistas tais como os que foram dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 2003 à 2015, o traço democrático-popular se expandiu, por exemplo, com a adoção na agenda governamental da prioridade nas políticas sociais para aquela população até então invisível na sociedade, como os quilombolas, populações ribeirinhas, população negra e etc. Assim, a política de expansão do acesso à educação superior por meio de cotas para indígenas, negros, alunos de escolas públicas e com baixa renda socioeconômica, também se constitui em atenção a uma população anteriormente excluída do acesso à educação superior, dado a todo histórico elitista desse nível de ensino.

No ano de 1998, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) implementou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que foi constituído por uma única prova com 63 questões objetivas e uma redação, o qual passava a ser aplicado aos estudantes concluintes e aos egressos desse grau de ensino. Tinha como objetivo fundamental "avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício da cidadania" (BRASIL, 2002, p. 06).

Na gestão do ministro Tarso Genro, foi instituído durante o ano de 2004 o Programa Universidade para Todos (ProUni), que teve como meta possibilitar a admissão de jovens com baixa renda no ensino superior por meio de bolsas de estudo integrais ou parciais. São contemplados os estudantes que cursam a graduação em escolas privadas de nível superior. As instituições que concordam em participar são isentadas de alguns impostos. A seleção é feita levando-se em consideração o resultado final dos estudantes no ENEM, e a situação socioeconômica de cada estudante. Ao apontar este programa, é imprescindível registrar a crítica de que ele foi modelado especialmente para propiciar a inversão de recursos públicos nos sistemas educacionais privados e, com isso, aquecer o mercado dos serviços educacionais.

Neste sentido, a ampliação de acesso à educação superior aos filhos da classe trabalhadora apresenta contradições inerentes ao sistema capitalista. Por um lado, ampliou-se o acesso, mas por outro, garantiram-se às empresas de ensino as necessárias condições para a articulação e ampliação no mercado financeiro. Assim,

O mais grave efeito do Prouni, no entanto, foi que a extensão dos recursos indiretos por meio de isenções fiscais a empresas educacionais, ou seja, entidades com fins lucrativos, abriu a possibilidade da abertura do capital dessas instituições aos mercados financeiros, mantendo suas margens de lucro (CISLAGHI, 2019, p. 147).

Já no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior, foi implantado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que teve como objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior no nível de graduação, bem como para o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, conforme registrado no próprio Reuni. Para entender melhor o programa, serão destacadas algumas diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

As expansões quantitativa e qualitativa do ensino federal superior brasileiro foram acompanhadas pela utilização de novos mecanismos de recrutamento de discentes. No lugar dos tradicionais vestibulares, instituiu-se o Sistema de Seleção Unificada (SISU), informatizado e gerenciado pela Secretaria de Educação Superior (SESU), o qual foi instituído por intermédio de portaria normativa em janeiro de 2010 pelo Ministério da Educação. Por meio deste são selecionados estudantes para vagas em cursos de graduação disponibilizados por instituições públicas de ensino superior.

O SISU é um dos sistemas mais importantes de ingresso, e isso é válido para estudantes amarelos (as), brancos (as), pardos (as), pretos (as) não quilombolas e indígenas. Conforme a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais (UFB, 2019, p. 69), “cerca de 1/3 dos quilombolas ingressam por vestibular tradicional e 54,1% dos aldeados ingressam por meio deste processo seletivo diferenciado. A existência de vestibulares específicos para indígenas em algumas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ajuda a compreender o percentual de aldeados que ingressam por meio deste processo seletivo.”

Outro dado importante que deve ser ressaltado é que houve um aumento do número de estudantes que ingressam via SISU. No ano de 2018, 67,1% do total de estudantes ingressaram via SISU.

A universidade brasileira hoje é expressão dos esforços para sua real democratização. Este é um importante passo para o cumprimento do papel social do ensino superior público. Foi e está sendo um grande avanço, onde uma grande parcela da população que era tradicionalmente excluída da vida universitária, nos dias atuais tem conseguido ingressar.

### **3 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NA UFSC**

#### **3.1 O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL**

As ações afirmativas se constituíram em uma prática recente e fomentaram a muitos anos atrás uma grande discussão no país, no qual é possível assegurar que o contexto social e histórico para que isso acontecesse estava se configurando desde a década de 1980.

Um dos principais movimentos políticos criado no final da década de 1970 no Brasil foi o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que depois se transformaria em Movimento Negro Unificado (MNU). Outros grupos importantes foram surgindo nessa época, como o Grupo União e Consciência Negra, além das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Os movimentos, segundo os autores Hasenbalg e Silva (1993, p. 149), tem como característica “a crítica às visões de mundo eurocêntricas, a recusa do ideal do embranquecimento, um ‘retorno às raízes’, uma adesão à negritude e uma revalorização da África de origem”. O movimento negro fez uma crítica contundente ao mito da democracia racial e ao racismo existente na sociedade brasileira.

As Políticas de Ações Afirmativas começaram a ter mais visibilidade no cenário brasileiro a partir de um significativo evento, que foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e pela vida, ocorrida em 20 de novembro de 1995, a qual aconteceu em Brasília. Logo após, em junho de 1996, ocorreu o Seminário Internacional chamado “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, o qual atraiu diversos pesquisadores brasileiros e americanos, além de várias lideranças dos Movimentos Negros, que se reuniram para pensar coletivamente a necessidade

das políticas públicas de inclusão social para a população negra. Portanto, volta-se a afirmar que o Movimento Negro foi precursor na luta pelas ações afirmativas no Brasil.

Sendo assim, com as Ações Afirmativas espera-se:

- a) o fortalecimento dos laços sociais, impedindo o isolamento de grupos e retirando a força de práticas discriminatórias;
- b) o exercício da pluralidade de visões de mundo e a dedução de interesses aparentemente específicos do grupo, que agora, com voz ativa, poderá participar da produção de um “consenso”, dando legitimidade democrática às normas de organização social;
- c) a redistribuição econômica, uma vez que a maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho é característica marcante em membros de grupos historicamente discriminados (ALMEIDA, 2020, p. 91).

Segundo Brito Filho (2014, p. 80), são “programas de ação afirmativa que são instituídos com o objetivo de criar vagas específicas, via de regra, na área da educação superior, para pessoas que pertencem às classes socioeconômicas mais baixas”. Nesse sentido, uma “ação afirmativa” é uma reparação que

responde a uma necessidade; é temporária, obrigatória e legal; não é um fim em si mesma nem deve prejudicar a terceiros; é um mecanismo para neutralizar os desequilíbrios derivados da etnia, do gênero ou da condição sócio-econômica, entre outras causas de discriminação, de modo que, diante de uma oportunidade [...] em uma situação de paridade, seja escolhida uma pessoa pertencente a uma população discriminada (ZEGARRA, 2007, p. 336).

Em 2002, houve a implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas no Brasil, que adquiriu visibilidade após a realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância promovida pela ONU, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Essa conferência teve grande relevância no mundo todo na luta antirracista e na promoção de políticas de ação afirmativa.

Nessa conferência, foi elaborado o Plano de Ação de Durban, onde se ressalta as “políticas orientadas à adoção de medidas, incluindo ações afirmativas para assegurar a não discriminação relativa, especialmente, ao acesso a serviços sociais, emprego, moradia, educação, atenção à saúde, etc.” (ÁFRICA DO SUL, 2001), destacando-se os Artigos nº 99 e nº 100:

Art. 99: Reconhece que o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos. Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas, estes planos devem visar à criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. A Conferência Mundial incentiva os Estados que desenvolverem e elaborarem os planos de ação, para que estabeleçam e reforcem o

diálogo com organizações não governamentais para que elas sejam intimamente envolvidas na formulação, implementação e avaliação de políticas e de programas;  
 Art. 100: Insta os Estados a estabelecerem, com base em informações estatísticas, programas nacionais, inclusive programas de ações afirmativas ou medidas de ação positivas, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial nos serviços sociais básicos, incluindo, educação fundamental, atenção primária à saúde e moradia adequada (ÁFRICA DO SUL, 2001).

Uma das definições de ação afirmativa utilizada no Brasil foi formulada por Joaquim Barbosa Gomes<sup>3</sup>, ministro do Superior Tribunal Federal na época:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001, p. 40).

Porém, foi somente em 2012 com a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nas Instituições Federais de Ensino Técnico e Tecnológico de nível médio (IFETT), a qual determinava que 50% (cinquenta por cento) de suas vagas deveriam ser destinadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Entre esse percentual, também destinava 50% de vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* e por autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Posteriormente, foram incluídas pessoas com deficiência<sup>4</sup>. Importante destacar que muito antes da Lei de Cotas que foi implementada em 2012, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) implementou, ainda no vestibular de 2003, a política de cotas raciais.

As Ações Afirmativas (AA) partem do pressuposto da equidade, e nesse sentido, é importante lembrar que na história do desenvolvimento do Brasil, tivemos segmentos excluídos de seus direitos, que não tiveram oportunidades iguais aos demais devido ao racismo, por exemplo e que sofreram injustiças, preconceitos e outros meios de violência.

Assim as AA são medidas temporárias, porém necessárias para a construção de uma nova sociedade, na diminuição dessas desigualdades e na inserção de maior número da

---

<sup>3</sup> Foi o primeiro negro a ocupar a vaga de Ministro do STF, indicado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, permanecendo de 2003 até 2014.

<sup>4</sup> A Lei No 13.409, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

população privada de riquezas e negras em universidades, para assim ocuparem postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados.

Tais políticas contribuirão para a construção de disputas mais equilibradas para o acesso à universidade pública, bem como possibilitarão que se eleve a autoestima dos grupos sociais representados desproporcionalmente na universidade, rompendo com o ciclo vicioso de elitização do acesso gratuito à informação, à pesquisa e à formação universitária, bem como às carreiras profissionais de prestígio (MARCON, 2010, p. 37-56).

O direito fundamental à igualdade, que nos é constitucionalmente garantido, deve ser aplicado em todos os âmbitos, e conseqüentemente na universidade. Porém, a realidade tem nos mostrado que não é assim, onde há um ambiente de disputa é também o lugar onde tal direito - muitas vezes - é inexistente. Uma das formas de se tentar alcançar essa igualdade são as políticas de ações afirmativas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA):

O pertencimento racial, aliado às desigualdades educacionais entre brancos e negros, reflete na diferença dos rendimentos médios, em que os negros recebem em torno de 50% a menos que os brancos; uma vez comparados os grupos de igual escolaridade, identifica-se que os brancos têm maior rendimento médio, até 40% acima dos negros. A título de exemplo, no período de 2004 a 2008, a renda média dos brancos aumentou 2,15 vezes, enquanto a dos negros aumentou apenas 1,99 vez (IPEA, 2009).

Enquanto as políticas universalistas têm como meta dar o mesmo tratamento a todos, as Políticas de Ações Afirmativas minimizam as formas de discriminação que impedem o acesso a oportunidades e benefícios, buscando atingir a igualdade, bem como possibilitam a presença e a participação de uma maior diversidade e representatividade de distintos grupos sociais. Cury (2005, p. 11) ressalta que

As políticas públicas includentes corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade. Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social.

Sendo assim, essa dinâmica de desigualdade demonstra claramente a necessidade e importância da promoção da igualdade racial, sendo essa política tão essencial e fundamental nesse processo.

### 3.2 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC

Um estudo para a implementação de um Programa de Ações Afirmativas teve início no ano de 2002, quando foi criado o Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe. Em 2006, criou-se então uma Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial<sup>5</sup>.

A Comissão foi criada com o objetivo de valorizar e promover a diversidade no ambiente acadêmico e social. Entre outras questões, estudou as possibilidades de implementação das Ações Afirmativas na UFSC como forma de combate às desigualdades. Para tanto, foram produzidos e analisados dados pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE). Em paralelo a esse processo, foi realizado um estudo sobre o impacto das diferentes propostas de ampliação de acesso (TRAGTENBERG *et al.*, 2006).

Sendo assim, em meio a tantos estudos a Comissão chegou à conclusão de que, para aumentar a diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC, não seria suficiente aumentar as vagas, mas sim fundamental aplicar uma Política de Ação Afirmativa em favor de estudantes de escola pública, de negros e de indígenas.

A UFSC deliberou seu Programa de Ações Afirmativas em 2017, porém ainda em 2007, por meio da resolução normativa no 008/CUN/2007 do Conselho Universitário, considera “a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à Universidade Pública com a diversidade socioeconômica e étnico-racial como compromisso de uma instituição social, pública, plural e de natureza laica” (UFSC, 2007, p. 1).

Nisso reservou 20% das vagas de todos os cursos para egressos do ensino fundamental e médio público, 10% das vagas para negros prioritariamente egressos do ensino fundamental e médio público e 5 vagas suplementares para indígenas (aumentando uma a cada ano até 10 vagas em 2013), havendo verificação de autodeclaração de negros e indígenas. Nesta condição, percebemos que é uma miséria o número de vagas ofertadas para essa população, tendo em vista a quantidade total de vagas que a universidade oferece.

Após a edição da Lei 12.711/2012, quando o Congresso Nacional decreta e a presidente da República, Dilma Rousseff, sanciona este dispositivo legal. A Lei diz respeito ao ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico médio, que

---

<sup>5</sup> Foi criada em abril de 2006 uma comissão para discutir a questão. A comissão é composta por 27 membros, representantes dos Centros de ensino da UFSC, Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE), Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia, APUFSC, Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), Indígenas e Movimento Negro. A fim de ampliar a discussão para toda a comunidade universitária, promoveram o Seminário “Cotas e Ações Afirmativas”, em junho de 2006, onde foram debatidos temas ligados à ação afirmativa, meritocracia, reparações e desigualdades raciais em Santa Catarina.



devem reservar 50% das suas vagas, por intermédio dos editais dos seus concursos seletivos, em cursos e turnos para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Ainda, quanto a esse percentual de vagas, fica estabelecido que 50% delas devem ser destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*.

Já no ano de 2013, a UFSC passa a seguir as prerrogativas legais estabelecidas pelo governo federal, ficando definido que 30% das vagas nos cursos e turnos seriam reservados ao Programa de Ações Afirmativas. Disponibilizou 10% para candidatos oriundos de famílias com renda *per capita* bruta de até 1,5 salário mínimo, os outros 10% destinados aos candidatos oriundos de famílias com renda *per capita* bruta maior que 1,5 salário mínimo e 10% das vagas em cada curso/turno para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No ano de 2013 destinou-se, para os estudantes indígenas, 0,16% do total de vagas da Universidade.

A implantação da Lei foi gradual. Em 2014, foram reservadas 25% das vagas para egressos do ensino médio público pela Lei de Cotas, 10% para negros e 13 vagas suplementares para pertencentes a povos indígenas do território nacional e transfronteiriços, com verificação de autodeclaração de indígenas. A verificação de autodeclaração de negros não foi exigida.

Em 2015, foram reservadas 37,5% das vagas para egressos do ensino médio público pela Lei de Cotas, 10% para negros e 16 vagas suplementares para pertencentes a povos indígenas do território nacional e transfronteiriços. A verificação de autodeclaração de negros não foi exigida.

Em 2016, foram reservadas 50% das vagas para egressos do ensino médio público pela Lei de Cotas, dentro dessas vagas 16% para pretos, pardos e indígenas e 25% para renda familiar bruta *per capita* até 1,5 salário mínimo. Além disso, foram disponibilizadas 2 vagas suplementares para negros de qualquer percurso escolar, 22 para pertencentes a povos indígenas do território nacional e transfronteiriços, totalizando 0,48% do total das vagas e 9 vagas suplementares para pertencentes a comunidades quilombolas, e para estes estudantes 0,19%. A partir de 2016, em todos os cursos de graduação, a UFSC reservou 50% de suas vagas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio, para atendimento às determinações da Lei nº 12.711/2012.

No mesmo ano, a UFSC ofertou 1935 vagas no Sisu. A partir deste ano, 30% das vagas para ingresso na UFSC são ofertadas pelo Sisu. A nota mínima para concorrer às vagas

oferecidas através do Sisu pela UFSC corresponde à média das notas mínimas das edições do Enem realizadas em 2012, 2013 e 2014.

Com os dados anteriormente citados, percebe-se que houve um aumento importante para a garantia do acesso na UFSC, possibilitando o acesso dessa população, que em outros tempos jamais ocupou este importante espaço de qualificação.

Atualmente, a UFSC reserva 50% das vagas para cada um dos cursos de graduação oferecidos nos campi das cidades de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville (SC), os quais são para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio, para atendimento às determinações da Lei nº 12.711/2012, do Decreto Presidencial nº 7.824/2012 e da Portaria Normativa no 18/2012, que são distribuídas da seguinte forma:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, das quais:
  - I - 32% (trinta e dois por cento) serão reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, das quais 8% (oito por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência; e
  - II - 68% (sessenta e oito por cento) serão reservadas a candidatos não autodeclarados pretos, pardos e indígenas, das quais 8% (oito por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para candidatos com renda familiar bruta mensal superior a um salário mínimo e meio *per capita* das quais:
  - I - 32% (trinta e dois por cento) serão reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, das quais 8% (oito por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência; e
  - II - 68% (sessenta e oito por cento) serão reservadas a candidatos não autodeclarados pretos, pardos e indígenas, das quais 8% (oito por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

As vagas são destinadas para os seguintes candidatos:

- I – escola pública, renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, PPI (autodeclarados pretos, pardos ou indígenas);
- II – escola pública, renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, OUTROS;
- III – escola pública, renda familiar bruta mensal superior a um salário mínimo e meio *per capita*, PPI (autodeclarados pretos, pardos ou indígenas);
- IV – escola pública, renda familiar bruta mensal superior a um salário mínimo e meio *per capita*, OUTROS;
- V – vagas suplementares para candidatos autodeclarados negros.
- VI – vagas suplementares para candidatos que pertençam aos povos indígenas residentes no território nacional e nos transfronteiriços;
- VII – vagas suplementares para candidatos que pertençam às comunidades quilombolas (BRASIL, 2012).

Os candidatos que são aprovados deverão comprovar no ato da matrícula o percurso oriundo em escola pública, e os autodeclarados negros e indígenas passarão por uma Comissão de Validação. A instituição também se compromete a prestar

Acompanhamento e permanência do aluno na universidade, realizada pela Comissão de Ações Afirmativas da UFSC, que terá como papel: prestar orientações, tirar

dúvidas dos acadêmicos, avaliar e propor medidas para que o programa seja aprimorado e melhor constituído. A permanência do cotista é consolidada na PRAE, no setor de Serviço Social, em que se encontram os programas e projetos que possibilitam: bolsa, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, etc (UFSC, 2007).

Com o aporte das legislações, as ações afirmativas na UFSC têm condições para o processo de institucionalização. Neste sentido, a criação da SAAD, que foi implantada em 2016, o qual é um órgão executivo central, integrante da Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, criada com o objetivo de auxiliar o gabinete da Reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito da UFSC, contribuindo para a concretização e o fortalecimento de seu papel social.

A SAAD é uma expressão deste movimento de setores organizados do movimento estudantil e também do movimento negro que apresentavam diversas dificuldades de acesso, acompanhamento e permanência de pessoas negras, baixa renda e deficientes. Conforme Almeida,

Prevalecem, no Brasil, de maneira densa, as ideias de mestiçagem e democracia racial, em contraposição às ideias de identidade negra forjadas pelos movimentos negros, cujos projetos em disputa têm permeado as arenas de luta no campo social e político. Neste cenário, algumas conquistas dos movimentos negros são garantidas através da implantação de política de ações afirmativas para a população negra na educação (educação básica, ensino fundamental, médio e superior), no mercado de trabalho, na política de saúde etc., em consonância aos preceitos constitucionais e dentro dos limites jurídicos normativos do Estado de Direito. Longe da garantia de atendimento às suas necessidades mínimas, a população negra é o segmento populacional que ocupa, maciçamente, a base da pirâmide social, e sua presença no topo é quase inexistente (ALMEIDA, 2014, p. 132).

As Ações afirmativas são políticas que pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por grupos sociais, de modo que essas medidas aumentam e facilitam o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidade. A Política de Ações Afirmativas da UFSC busca ampliar o acesso de estudantes egressos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e de famílias com baixa renda a cursos de graduação da Universidade, promovendo a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário (UFSC/SAAD, 2021).

Ante o exposto, nota-se que as ações afirmativas vão se firmando no Brasil, ainda com as inúmeras dificuldades, mas com o objetivo de construir maior igualdade e resgatar essa dívida que a sociedade brasileira tem com esses segmentos da população, permitindo que o aumento de oportunidades no ensino superior público se combine com maior democratização econômica e étnico-racial no acesso e permanência na Universidade.

As cotas sociais e raciais e a Assistência Estudantil, na realidade atual, são os principais instrumentos que dão condições objetivas para a democratização do Ensino Superior. Essas transformações trazem muitos desafios para as Instituições com a responsabilidade de acolher um novo perfil de estudantes.

No próximo capítulo iremos aprofundar justamente nisso e abordar sobre a importância do papel do assistente social para a efetividade do PAA.

## **4 EFETIVIDADE DO PAA NA UFSC E O SERVIÇO SOCIAL**

### **4.1 A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE**

O art. 12 da Resolução Normativa no 008/CUN/2007 prevê políticas de ações afirmativas voltadas ao acompanhamento e à permanência do aluno inserido na Universidade através do Programa de Ações Afirmativas (PAA). Para garantir a efetivação dessas políticas, o art. 14 dessa mesma Resolução Normativa determina a constituição de uma Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação, a fim de realizar, avaliar e propor alternativas relacionadas às distintas dimensões para esse público dentro da Universidade.

Importante demarcar que o PAA está institucionalmente localizado enquanto um Programa ligado a Assistência Estudantil e, neste sentido, é necessário ressaltar que todo o processo de construção da assistência estudantil do Brasil foi marcado por lutas e disputas políticas. Logo, assim como outras tantas políticas públicas, a Assistência Estudantil no âmbito do Ensino Superior não se configura como uma política criada espontaneamente pelos governantes, mas sim como resultado dos tensionamentos especialmente realizados pelo movimento estudantil brasileiro.

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (BARBOSA, 2009, p. 62).

Desta forma, foram pensadas e construídas várias estratégias voltadas para dar conta dessas dimensões, as quais impactam diretamente na trajetória individual e coletiva de cada estudante, bem como à integração efetiva e democrática da/o estudante no espaço sócio-

político-cultural em que se configura o cotidiano universitário. Assim, destacam-se três focos de estratégias institucionais. São elas:

I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;

II – apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a: a) criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade; b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo; c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade;

III – atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re)conhecimento das suas características socioculturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista e solidária na Universidade (UFSC, 2007).

Garantindo a viabilização e permanência desses estudantes, a UFSC conta com os Programas de Permanência oferecidos pela Universidade através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Na UFSC a PRAE é um órgão executivo da administração central, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas administrativas, especialmente em relação aos programas e ações voltados às políticas de permanência estudantil. Compete à PRAE:

- a) Coordenar a execução das ações inerentes à política de assistência estudantil, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- b) Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e à conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, apoio pedagógico, movimentos estudantis e políticas sociais;
- c) Desenvolver estudos e projetos visando à melhoria administrativa, ao desenvolvimento organizacional e ao aprimoramento de gestão relacionado à política de assistência estudantil;
- d) Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assistência estudantil;
- e) Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil; f) Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- g) Analisar as demais demandas da assistência que não se enquadrarem nos distintos programas da PRAE;
- h) Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor;
- i) Analisar solicitações diversas encaminhadas por estudantes ou por órgãos de representação estudantil da UFSC;
- j) Estabelecer um processo de trabalho relativo aos assuntos estudantis juntamente com diretores de unidades e direções dos campi;
- k) Manter um diálogo constante com as representações estudantis sobre todos os assuntos pertinentes à política de permanência e de assistência estudantil (UFSC/PRAE, s.d.).

Assim, o objetivo da assistência estudantil é “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” (BRASIL, 2010).

Os programas oferecidos pela UFSC visando à permanência e acompanhamento dos estudantes são desenvolvidos pela PRAE, a fim de desenvolver políticas estudantis voltadas para que o/a estudante possa viver integralmente os espaços de formação em todo o meio acadêmico, sem nenhuma restrição. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atende demandas sociais apresentadas pelos estudantes da UFSC.

Os programas de assistência social estudantil têm objetivo de proporcionar condições básicas para a concretização do direito à Educação Pública e de qualidade através da prestação de serviços socioassistenciais aos alunos que deles necessitem, possibilitando com isso a permanência desses alunos na escola. O principal objetivo da implementação desses programas é intervir nas relações sociais e nas questões de ordem sócio-econômica que afetam e/ou dificultam a concretização do processo ensino-aprendizagem (UFSC/PRAE, s.d.).

A finalidade da assistência estudantil, é atender toda a população que vive o polo das desigualdades na sociabilidade capitalista, a fim de propiciar-lhes a permanência estudantil para além do acesso à universidade. Assim, busca viabilizar os recursos necessários para a superação dos obstáculos e dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, ao minimizar os efeitos da desigualdade social e reduzir, assim, as taxas de evasão. Nisto, a assistência estudantil deve ser compreendida como uma responsabilidade institucional visando a permanência, acompanhamento e efetivação da conclusão dos estudantes.

De acordo com Castro (2008, p. 252), para o aluno cotista concluir sua graduação, há de se ultrapassar o caráter pontual da política de reserva de vagas, tornando-a um Política Pública de Estado que “englobe apoio acadêmico, auxílio financeiro, apoio psicológico e infraestrutura institucional que disponibilize alojamentos, restaurante universitário, laboratório de informática e bibliotecas”.

Os alunos encontram dificuldades para adquirir os textos e comparecer à universidade todos os dias. Algumas vezes, eles têm que optar entre tirar cópias dos textos e comparecer às aulas todos os dias, ou aguardar para ver se o texto indicado pelo professor vai ser mesmo discutido em sala de aula. A bibliografia complementar é, assim, descartada por estes alunos, que se atêm apenas a alguns textos básicos da bibliografia obrigatória. E até para adquirir estes textos, há uma organização da turma para baratear os seus custos, xerocando-os a 0,50 fora da universidade. Outra alternativa é ter acesso aos livros na biblioteca, mas estes são em número insuficiente para atender a todos. As bolsas poderiam remediar esta situação, mas são muitas as queixas quanto a sua liberação tardia [...] os estudantes criam seus próprios mecanismos de defesa e estratégias para permanecer na universidade. As dificuldades de ordem emocional e financeira, numa relação direta entre si, afloram inseguranças e medos, que, dependendo da situação de cada um, irão determinar estratégias e encaminhamentos múltiplos e diferenciados. (CASTRO, 2008, p. 253).

Viabilizando o atendimento às diversas demandas de ordem socioassistencial, a UFSC, por intermédio da PRAE, vem construindo uma metodologia de acesso a recursos financeiros, orientada pelos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7234/2010, que estabelece a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para melhor atender a essas demandas, a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), que é responsável pela construção e operacionalização dos programas de assistência estudantil, voltados ao atendimento das demandas sociais dos estudantes, assume as seguintes atribuições:

- a) Coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE;
- b) Coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil;
- c) Executar os Programas de Auxílio Moradia, Bolsa Estudantil UFSC, Moradia Estudantil e Auxílio Creche;
- d) Conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário;
- e) Realizar avaliação de Cadastros Socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da UFSC;
- f) Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFSC;
- g) Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da referida coordenadoria;
- h) Desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção de saúde;
- i) Desenvolver psicoterapias breves para assuntos relacionados à permanência estudantil;
- j) Coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental;
- k) Realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial, estabelecendo redes de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde;
- l) Assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil.
- m) Por meio do Serviço de Apoio Administrativo, receber e encaminhar correspondências diversas; realizar o atendimento inicial da comunidade universitária; responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria; elaborar a folha de pagamentos dos benefícios; e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos;
- n) Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- o) Coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes à sua área de atuação (UFSC/CoAEs, s.d.).

Há outros programas<sup>6</sup> disponíveis na UFSC, porém até março de 2022 esses eram

---

<sup>6</sup> Com o intuito de elevar as taxas de sucesso nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior – IES públicas e contribuir com a ampliação das condições de permanência dos estudantes por meio da oferta de apoio pedagógico, como preconizado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi criado o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes – PIAPE. Este Programa está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e é desenvolvido na UFSC pela Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP) desde 2013.

os vigentes na PRAE. É importante salientar que estes programas não atendem apenas as/os estudantes que ingressam pelas ações afirmativas, mas inclusive eles. A partir destes programas a UFSC busca alcançar os objetivos propostos na Política de Ações Afirmativas, que são:

1) Moradia Estudantil: vinculado à PRAE e amparado pela Resolução 06/CUN/2003, que disponibiliza vagas para estudantes regularmente matriculados em cursos da graduação, oriundos de famílias com renda bruta familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita* e cadastro PRAE válido (análise concluída e/ou validação de renda deferida).

2) Programa Auxílio Moradia: é um auxílio pecuniário com o objetivo de custear parcialmente os gastos com aluguel, proporcionando melhores condições para a permanência estudantil na universidade. Esse auxílio é concedido para aqueles estudantes que possuem comprovada condição de vulnerabilidade econômica, porém não foram contemplados nas vagas da Moradia Estudantil da UFSC.

3) Auxílio Creche: é um benefício concedido aos estudantes com vulnerabilidade econômica e que possuem guarda e/ou responsabilidade legal de crianças com idade de zero a 6 (seis) anos, que tem o intuito de estimular a permanência deste estudante na Universidade. O auxílio pecuniário é destinado ao pagamento de mensalidades em creches privadas.

4) Programa Bolsa Estudantil UFSC: foi instituído pela Resolução Normativa 32/CUN/2013 e visa proporcionar auxílio financeiro aos estudantes dos cursos de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente comprovada, para a sua permanência na Universidade.

5) Programa Bolsa Permanência do MEC: destinado a estudantes indígenas e quilombolas, é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. O objetivo do programa de isenção de pagamento das refeições no Restaurante Universitário (RU) é o de isentar do pagamento das refeições os/as estudantes regularmente matriculados/as nos cursos de graduação com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

A comunidade acadêmica tem disponível uma ampla estrutura alimentar sob responsabilidade do RU, que é uma das unidades executoras da política de permanência

---



vinculada à PRAE. Cabe ressaltar que nos últimos anos, em função da expansão da demanda com a criação de quatro campi no interior do Estado, houve uma ampliação da estrutura da política de alimentação, com o fornecimento de serviços de alimentação para os campi de Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville por intermédio de contratação – via licitação – de restaurantes terceirizados. Atualmente a política de alimentação da UFSC é composta por seis unidades alimentícias.

A pandemia da Covid-19 impactou em vários aspectos a vida dos sujeitos e alterou as relações interpessoais, de trabalho e, principalmente, as condições de reprodução social. “A pandemia encontrou a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego, desmonte de políticas sociais e intensos cortes de investimentos em saúde, educação e pesquisa no Brasil” (LUZ *et al.*, 2021, p. 183).

Sabemos que a pandemia foi enfrentada diferentemente pelas classes sociais da nossa sociedade, desconstruindo o discurso da natureza igualitária da doença, que atingiria a todos da mesma maneira.

Assim, algumas adaptações foram necessárias, principalmente considerando as repercussões da pandemia mundial da Covid-19. Pensando nesses estudantes, a PRAE criou dois Programas Assistenciais temporários, que são:

1) Programa de Apoio Emergencial e Temporário de Acesso à rede mundial de computadores (internet): tem por objetivo auxiliar estudantes público-alvo, momentânea e excepcionalmente, nas despesas com aquisição de pacotes de dados para conexão à internet, com a finalidade de realização de atividades acadêmicas não presenciais durante o período de suspensão das atividades didáticas presenciais, decorrentes das medidas de prevenção à pandemia da doença Covid-19, auxiliando nas condições de permanência.

2) Programa Emergencial: tem por objetivo auxiliar, momentaneamente, nas despesas básicas dos/as estudantes em situação de vulnerabilidade econômica com Cadastro PRAE em situação regular ou em razão de pertencerem a grupos abrigados por legislações específicas, e a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas com o conseqüente fechamento dos restaurantes universitários, considerando a necessidade de complementação financeira para suprir as necessidades nutricionais dos estudantes

Para acessar os benefícios e programas da Assistência Estudantil na UFSC, o estudante, ao término do processo de validação, recebe o formulário síntese e com esse formulário preenche o Sistema de Cadastro PRAE, depois os dados preenchidos são verificados

por um servidor da CoAes, e estando corretos são validados. Com essa validação o estudante fica apto a se inscrever nos programas da PRAE, seguindo as datas e critérios estabelecidos no edital de programas da Assistência Estudantil.

#### 4.2 ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

É importante apontarmos que somente o acesso não garante a conclusão do estudante na universidade, mas sim, somente se efetivará e fará sentido a partir de um conjunto de ações que possibilitam a permanência dos estudantes e, com isso, buscam garantir a conclusão de seu curso.

A assistência estudantil existente nas universidades é fundamental para a efetivação do direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Porém, tal qualidade não estará assegurada somente pelos avanços para a democratização do acesso para uma parcela de estudantes que sofrem com as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade.

Segundo Imperatori (2017, p. 289), apresenta-se

variadas causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, problemas financeiros.

Por isso, a assistência estudantil deve ser desdobrada em outras ações e pensar estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional e a conclusão com qualidade do seu curso/formação.

Essa democratização dar-se-á através de um conjunto de elementos na alocação de recursos específicos à área; na expansão e melhoria do ensino público; na abertura de cursos noturnos e na manutenção e ampliação dos programas de assistência, como mecanismo que garanta aos estudantes condições mínimas de permanência na instituição (BARRETO, 2003, p. 143).

Fazer um acompanhamento mais próximo desses sujeitos, é tão importante quanto garantir o acesso dos mesmos. Alguns fatores como abandono e evasão contribuem para a não permanência desses estudantes, conforme abaixo:

As principais causas da evasão, consideradas como fatores individuais do estudante, envolvem principalmente a sensação de desânimo com o curso, por diferentes aspectos, e dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por saúde e novo emprego; insegurança e dificuldades pessoais; falta de identificação com a área; falta de flexibilidade de horário de trabalho; dificuldades financeiras. [...] O fator que leva à evasão classificado como interno à Instituição

corresponde à falta de diálogo e abordagem inadequada em sala de aula (GARCIA, 2020, p. 75-76).

É pensando no problema da evasão escolar que os meios de permanência devem ser efetivados, uma vez que a evasão é caracterizada por um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis que são internos e externos à instituição, muitas vezes estando ligados à ordem econômica.

O acesso, o acompanhamento e a permanência estudantil configuram-se como uma política única, que deve ser analisada constantemente, sempre acolhendo as análises dos diversos setores nos quais esses estudantes se inserem dentro da universidade. Relaciona-se ao atendimento do aluno com qualidade e respeito nos diversos setores acadêmicos do curso, na hora da matrícula, no laboratório de informática, na biblioteca, no atendimento de suas demandas com sensibilidade sobre sua condição, atendimento psicossocial, no acesso a infraestrutura adequada oferecida pela Universidade, dentre outros.

Priorizar o acesso e permanência no bojo de uma política de assistência estudantil significa entender, antes de mais nada, que ambos são parte de um processo contínuo e, portanto, só serão efetivadas mediante políticas estruturais auferidas e usufruídas por todo e qualquer discente, e financiadas totalmente pelo Estado. Assim, a universidade estará garantindo a efetivação da assistência ao estudante como direito, transformando-a em política pública (LEITE, 2012, p. 471).

A permanência estudantil é uma forma de consolidar as ações afirmativas na prática, pois é ela quem vai possibilitar que o aluno realize o percurso dentro da universidade até o momento da conclusão. Diante da vivência do estágio e através da pesquisa bibliográfica, nota-se que é comum o acompanhamento não se efetivar da forma como deveria em diversas universidades, tanto por falta de recursos, por falta de técnicos, mas principalmente pela forma fragmentada no cotidiano do trabalho.

Promover ações integrais e efetivas exige uma mudança de concepção de todos os sujeitos da comunidade universitária sobre a educação superior, no acesso, acompanhamento e na permanência, sendo todos corresponsáveis para o sucesso desta, não exclusivamente dos programas oferecidos pela PRAE, embora estes sejam fundamentais para as ações de expansão e a ampliação do acesso à educação superior pública.

#### 4.3 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACESSO, ACOMPANHAMENTO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Quando pensamos em ação profissional, devemos ter em mente que sua materialização se dá a partir da formulação de objetivos para a mesma. Devemos caracterizar qual ação a realizar, sendo geralmente condicionadas a partir das demandas e das necessidades dos sujeitos que estão vinculados a determinado serviço.

O assistente social é um profissional hoje inserido nos mais diversos campos de trabalho, sendo o Estado seu principal empregador, com isso ele passa a se converter em um servidor público, juntamente com outros profissionais também de nível superior, regido por normas e subordinado hierarquicamente.

Ao inserir-se em processos de trabalho coletivos, o assistente social desenvolve seu trabalho especializado, ou seja, uma atividade orientada a um fim, cujo objetivo reside em transformar e superar as expressões da questão social, no contexto de vida da população.

O Serviço Social que tem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social, intervém nas necessidades humanas de grande parcela da população que é afetada pelo sistema capitalista, pela conformação deste sistema que beneficia pouquíssimos e gera cada vez mais desigualdades, pobreza e precarização na vida dos sujeitos, também pela resistência dos trabalhadores contestando a realidade e reivindicando seus direitos.

Estas ações se efetivam através das políticas sociais, onde grande parte dos Assistentes Sociais se inserem, seja na sua formulação, monitoramento e avaliação, etc. Além das especificidades do tema abordado, é necessário apreender as singularidades de um dado segmento populacional, que vivencia exclusões, preconceitos, abandono, violências e por meio das políticas públicas, o Serviço Social busca resultados para os cidadãos que vivenciam isto em sua vida cotidiana.

Biologicamente existe somente a raça humana, sem subdivisão de espécie, porém ainda se continua a fragmentar seres humanos por meio de sua tonalidade de pele, entre outras características físicas e estéticas existentes. No Brasil, há a luta contra formas de discriminação étnico-racial, por via de políticas direcionadas ao público em questão, visando reduzir dessemelhanças no cenário político, econômico, social, entre outros. A pobreza afeta em sua maioria a população negra, e os privilégios estão estruturados em grupos raciais e de gênero bem nítidos.

O Serviço Social que atua nas múltiplas expressões da Questão Social, busca ações efetivas a estas e outras problemáticas que tangem o ser social. Os assistentes sociais, como já referenciado, podem e devem buscar conhecimentos e propor formas de enfrentamento das

desigualdades, das explorações e opressões, do preconceito e da discriminação vivida por toda população, sem exceções.

A realidade tem mostrado que nem todos têm reconhecida sua natureza de sujeito de direitos que lhe é inerente. Prova disso é a existência de significativo contingente populacional que, no atual estágio de evolução da humanidade, não dispõe de condições mínimas necessárias a uma vida digna e, ainda, são excluídos do processo de tomada das decisões políticas fundamentais que diretamente lhes atinge.

As principais manifestações da ‘questão social’ – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país/região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da ‘questão social’ (PASTORINI, 2004, p. 97).

São diversas as expressões da questão social que surgem no cotidiano de trabalho do assistente social. As disparidades sociais de classe explicitam que as desigualdades da sociedade capitalista continuam latentes, não obstante algumas políticas tenham sido implementadas, tal como as Políticas de Ações Afirmativas. O crescente aumento do pauperismo, as disparidades sociais, a extrema concentração de renda, os salários baixos, o desemprego, a marginalização, a violência, essas são algumas das expressões que estão no nosso cotidiano e trazem ainda mais desigualdade social ao nosso país.

É imprescindível sempre ter presente as dimensões e preceitos defendidos pela categoria e os desafios que se desdobram no exercício profissional para que a intervenção na realidade seja qualificada, efetiva e provedora de mudanças e não de ações que reproduzem os interesses do capital, as quais produzem mais desigualdades e partem de uma lógica de negação de direitos.

A Assistência Social deve promover e subsidiar, assim, um exercício cidadão de usufruir direitos assim como ampliá-los. Ela está presente em diferentes etapas no processo de inserção de alunos de cotas no ensino superior: há uma dimensão da assistência tanto na estruturação como no funcionamento da política de ação afirmativa. A própria política de ação afirmativa cruza-se com a política de assistência social ao efetivar medidas para promover o acesso de uma dada parcela de estudantes à universidade. No interior desta, a assistência social emerge no âmbito da política de atenção aos estudantes, que desdobra-se em ações sociais, políticas e econômicas (CASTRO, 2008, p. 256).

Para Almeida (2003, p. 2), a prática do Assistente Social em estabelecimento de ensino significa

pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às

estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Nessa perspectiva observa-se a importância dos Assistentes Sociais estarem em constante aperfeiçoamento profissional, garantindo o acesso e a permanência de todos os sujeitos. A acolhida é de fundamental importância no ingresso do estudante na universidade, para que o mesmo possa sentir segurança em situar-se no espaço acadêmico. Já o acompanhamento se torna imprescindível, pois sem ele as dificuldades encontradas e enfrentadas pelos/as estudantes podem chegar ao ponto de inviabilizar a conclusão de curso.

O Assistente Social atua no processo de informação ao estudante sobre as políticas voltadas para permanência do aluno ingressante pelo PAA, situando o mesmo nos demais programas e benefícios de apoio às políticas estudantis. A presença do Assistente Social faz-se necessária nesse processo, pois:

Serviço Social é uma profissão especializada que, a partir de conhecimentos teóricos e técnicos, valores e finalidades, sistematiza e operacionaliza respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demandas profissionais (GUERRA, 2009, p. 80).

Assim, quando ocorrem mudanças sociais e surgem novas demandas, passam a ser exigidas respostas imediatas e o Serviço Social impulsiona o público alvo a uma reflexão política e crítica voltada para que os mesmos possam, a partir das intervenções profissionais, reconhecer seus direitos efetivando e exercitando a sua autonomia. Da mesma maneira que atende à sociedade em seu conjunto, o Serviço Social pode trazer para o espaço educacional essa reflexão e intervenção, em que o foco será o estudante e suas necessidades dentro da instituição. Conforme Castro (2010, p. 30),

As instituições de ensino têm, perante a sociedade, a função de executar ações que efetivem os direitos sociais. Nesse contexto, podem possibilitar e oferecer alternativas de reintegração para a parcela excluída da população, lutando pela universalidade de direitos como a educação por meio da participação social. A lógica de acesso e permanência das instituições públicas de educação de nível superior no Brasil reproduz a questão social em diversas formas de expressão nas condições de vida de parte dos estudantes. Tal questão pode impedi-los de permanecer no curso, cumprindo-o em tempo regular ou até mesmo de concluí-lo.

Para Martins (1999, p. 60), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

Contribuir para o ingresso e à permanência; favorecer a relação família-instituição-comunidade, ampliando o espaço de participação; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Diante do cenário de reformas políticas e de cortes que atingem a educação, é preciso planejar as ações e direcionar sua execução em um processo metodológico de abordagem, acompanhamento e execução das atividades.

A organização dos processos de planejamento auxilia de modo a refletir e qualificar o atendimento, tendo como orientação as diretrizes e competências da atuação profissional, bem como valorizar os apontamentos do público a que se destina, com fim a qualificar o atendimento de todos os profissionais que a compõem.

Também este processo não está dado e muito menos pronto e acabado. A correlação de forças que operam também segundo o binômio privilégios *versus* desigualdades precisa ser invertida e para isso será sempre necessário o fortalecimento do movimento estudantil, a promoção de espaços de discussão e de proposição de ações afirmativas que tenham potencial de efetividade.

Ora, ao finalizar este trabalho, registra-se que a transformação societária encontra suporte nos processos de educação - não só, mas inclusive no ensino superior -. Dentro da política da educação é possível implementar políticas e/ou programas de diversas naturezas, que possibilitem transformar as relações sociais e, quiçá, alterar a ordem societária. A Assistência Estudantil comprometida com o público de estudantes já bastante pauperizados pelo sistema societário pode também alavancar estes processos de transformação. Por fim, o trabalho de assistentes sociais orientado pela direção do Projeto Ético-Político profissional pode potencializar todo este conjunto de determinantes e possibilitar a modificação da ordem societária desigual, injusta e exploratória.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conhecimento é, sem dúvida, o principal instrumento de trabalho em qualquer área, pois permite que o profissional tenha uma real dimensão das diversas possibilidades de intervenção. Em todo o processo, tive a clareza de como o trabalho do profissional necessita de atenção e cuidado, por estar lidando com sujeitos reais, que vivem situações concretas de exploração, violências e dominação, tornando-os frágeis no que tange a vida social.

A importância de se conhecer a experiência social dos sujeitos e suas circunstâncias de vida, permite que essa decorra do modo como as pessoas constroem e vivem as suas vidas. Portanto, sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas.

Assim como as mediações que se constituem a partir da singularidade, universalidade e particularidade, a instrumentalidade deve se pautar sobre a realidade social, cuja concretude e complexidade necessitam de um aparato técnico-metodológico específico, de modo que seja possível compreender a totalidade do objeto de intervenção.

Percebe-se que a orientação e o acompanhamento são ações fundamentais para dar visibilidade às finalidades da profissão e, portanto, é necessário para os profissionais terem clareza sobre quais são os objetivos pretendidos, a realização de um planejamento para o atendimento diante das demandas apresentadas pelos sujeitos.

Além de ter sempre presente as dimensões e preceitos defendidos pela categoria e as formas que se desdobram no exercício profissional para que a intervenção na realidade seja qualificada, efetiva e provedora de mudanças e não de ações que reproduzem os interesses do capital, que produzem mais desigualdade e partem de uma lógica de negação de direitos.

O trabalho conjunto realizado de forma articulada e integrada, além de contribuir para a troca de conhecimento, proporciona uma solução ao considerar a totalidade dos problemas do usuário, ou seja, a complexidade da realidade social, de modo que seus problemas não sejam tratados de forma fragmentada, através de ações desarticuladas que dificultam sua inclusão social, no qual deve estar sempre em constante avaliação, a fim de qualificar os serviços, projetos e ações, prospectando novos e adequando os existentes.

Para a eficiência e eficácia dos projetos desenvolvidos de forma intersetorial, é importante que haja uma boa comunicação entre os técnicos profissionais que compõem a rede, prezando pelo bem-estar do usuário e pela garantia dos direitos.

Dessa forma, a intersetorialidade age como ferramenta e mecanismo de gestão, contribuindo para a articulação e integração dos diversos serviços, órgãos e instituições comprometidas com a efetivação dos direitos sociais. É importante ressaltar que a construção e efetivação das políticas não se faz sem a participação social, que é o instrumento para a construção da democracia e da cidadania, requisito essencial de legitimidade das políticas sociais.

Diante disso, a articulação profissional junto aos outros setores, a outros profissionais, movimentos sociais e instâncias que representam os interesses populares, numa relação honesta e compromissada, potencializa as suas organizações e o protagonismo político de suas demandas e interesses coletivos, junto aos espaços institucionais. Por conta disso, contribui com o acirramento, o tensionamento da própria luta de classes, da correlação de forças a partir da



organização coletiva e política das classes subalternas. Dialeticamente, ao inserir-se cada vez mais nesses espaços, novas pautas e demandas são introduzidas e demandadas em termos de qualificação profissional, em termos das três dimensões do trabalho e da formação profissional (teórica-metodológica, técnica-operativa e ético-política), e implica que ações e relações sejam criadas para a promoção e fortalecimento das organizações e lutas coletivas aos trabalhadores e trabalhadoras (fortalecendo, inclusive, a direção política do projeto ético-político do Serviço Social).

Nesse contexto social brasileiro de crise política e sanitária, presenciamos o crescente número de cortes e verbas na educação e retrocesso aos direitos educacionais e, especificamente, estudantis. Em verdade, um cenário ameaçador ao ensino superior público, pois coloca em cheque a qualidade do ensino-aprendizagem e o acesso e permanência dos estudantes.

São inúmeros os desafios enfrentados pelos estudantes que acessam a universidade por meio das ações afirmativas, diante disso, percebemos que cada vez mais a sociedade tem entendimento sobre a necessidade dessas políticas. Assim, implementar essas políticas significa romper com a invisibilidade das demandas das comunidades e grupos excluídos da nossa sociedade. Entende-se que a necessidade de políticas públicas está diretamente relacionada em contemplar aqueles que historicamente necessitam delas.

Se reafirma cotidianamente perante a sociedade atual, com o avanço de políticas neoliberais, focalizadas e segmentadas. Além do avanço do conservadorismo, que põe cada vez mais em risco os direitos sociais, civis e políticos conquistados através da luta e organização da classe trabalhadora.

Diante disso, somente as Ações Afirmativas não dão conta de reverter a realidade e combater o racismo estrutural presente na nossa sociedade, porém é sim uma estratégia de luta. Esta política contribui para diminuir as desigualdades de acesso ao ensino superior, cujos principais marcadores são de raça-etnia e classe. A própria política precisa ser melhor estruturada nas Universidades, uma vez que apenas o acesso não altera as desigualdades educacionais. São necessárias condições de permanência estudantil na sua integralidade econômica, social, cultural e política para que as/os estudantes possam concluir seus cursos. Assim, afirma-se a importância desta política enquanto estratégia de resistência ao sistema capitalista desigual. A ela deve se somar outras estratégias voltadas a transformação da

sociabilidade capitalista, uma vez que somente em outra ordem societária é possível que impera também ao ensino superior brasileiro.

Como sugestão, proponho estudar mais a fundo para conhecer mais o perfil dos estudantes na sociedade contemporânea. Uma ideia seria pensar juntamente com os outros setores da UFSC, a ampliação de vagas para trabalhadores dos Programas de Ações Afirmativas, especialmente de novos profissionais de Serviço Social, para dar conta da demanda de acompanhamento e orientação aos estudantes, contribuindo para que cheguem à conclusão de seu curso e possam viver juntos a colação de grau.

## REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL. **Declaração e Programa de Ação de Durban**. Adotado em 8 de setembro de 2001. Ministério da Cultura. África do Sul. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_durban.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf)>. Acesso em dezembro de 2021.

ALMEIDA, M. da S. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131-154.

ALMEIDA, N. L. T. Serviço social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação. In: **Encontro de assistentes sociais na área de educação**. 2003. Belo Horizonte. Anais Belo Horizonte: 2003, p. 1-9.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALVES, G. L.; VIEIRA, L. A. **Lutas sociais, projetos profissionais e Serviço Social**. Libertas: Juiz de Fora, 2014.

BARBOSA, R. de A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BAPTISTA, M. V.. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2 ed. São Paulo: Veras, 2007.

BARRETO, W. F. A. **O programa de bolsas de manutenção acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio**. Documento básico. Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências (DACC). Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 10.172 de 09/01/2001. Diário Oficial da União. **Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto nº 6.096 de 24/04/2007. Diário Oficial da União. **Estabelece o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, 2007

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto nº 7.234 de 19/07/2010. Diário Oficial da União. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/antigos/natalzonanorte/assistencia-estudantil>>. Acesso em janeiro de 2022.

BRITO FILHO, J. C. M. de. **Ações afirmativas**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2014.

CASTRO, A. T. B. de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo (SP): Cortez, 2008, p. 242 – 259.

CASTRO, M. de S. **Universidade e inclusão: o perfil dos estudantes que optaram pelo programa de ações afirmativas para o acesso à Universidade Federal de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2010.

CISLAGHI, J. F. **Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT**. Revista em Pauta. Rio de Janeiro, 2019, n. 43, v. 17, p. 60-73.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. v. 35, n. 24, 2005. Cadernos de Pesquisa, p. 11-32.

DAVIDOVICH, L. Ensino superior e inclusão social no Brasil. In: CGEE (Org.). **Parcerias estratégicas: seminários temáticos para a 3a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: CGEE, 2005. p. 215-234

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002.

GARCIA, F. C. **Fatores da (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina - câmpus Tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos**. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1537>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

GEORGES, R. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. Relatório da OXFAM Brasil. Coordenado por Katia Maia. Editoração Brief Comunicação. Setembro, 2017.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**, volume 1/ Myriam Veras Baptista, Odária Battini. – São Paulo: Veras Editora, 2009.

HASENBALG, C. A; SILVA, N. V. **Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos. 1993.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** 2001. ISSN 1415-4765. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4061](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4061)>. Acesso em janeiro de 2022.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** - 26. ed. - São Paulo, Cortez, 2015.

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: IPEA, 2009.

LEITE, J. L. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?** Revista SER Social, Brasília, v.14, n. 31, p. 453-472, jul/dez 2012.

KONDER, L. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

LIMA, L. de O. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** Rio de Janeiro: Editora Brasília, s/ano.

LUZ, L. C. X., *et al.* Os jovens brasileiros em tempos de covid-19. **Revista Princípios.** [s.l.], v. 1, n. 160, p. 177-207, 2021. Disponível em: <<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/issue/view/3>>. Acesso em: dezembro de 2021.

MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana Amélia (org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

MARCON, F. Distorções sociais no acesso ao ensino público superior e os fundamentos da proposta de ações afirmativas da UFS. In: MARCON, F.; SUBRINHO, P. M. J. (Orgs). **Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe.** São Cristóvão: UFS, 2010. p. 37-56.

MARTINS, E. B. C. **O serviço social na área da educação.** Revista Serviço Social & Realidade, São Paulo, v. 8, n. 1, 1999.

MINAYO, M. C. de S., *et al.* **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 26º ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOROSINI, M. C. **Estado de conhecimento e questões do campo científico.** Santa Maria, v. 40 n. 1 p. 101-116, jan./abr. 2015.

NASCIMENTO, A. do. **Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa.** Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ/ ESS, 2010

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática.** 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social em debate”.** Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PENA, R. T. **Inclusão social: um debate necessário?.** Site da Universidade Federal de Minas Gerais. Mensagem do Reitor (gestão 2006-2010). [s.d]. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?page\\_id=4](https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?page_id=4)>. Acesso em: dezembro de 2021.

PIANA, M. C. **A construção da Pesquisa Documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional.** 2009.

SAMPAIO, H. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808-1990.** Documento de Trabalho NUPES, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANFELICE, J. L. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC.** In: Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1391-1398, dezembro 2003.

SATO, S. R. de S. **Concurso Vestibular: um dispositivo meritocrático de seleção para ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011. 158 p.: il.

SCHWARTZMAN, S. A questão da inclusão na universidade brasileira. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, ARANHA, Antônia Vitória. (orgs.). **Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. (Org.). **Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares.** Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-reitoria de Extensão, 2006. 144 p. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).

TRAGTENBERG, M. H. R., *et al.* **Políticas de ampliação do acesso e diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade Federal de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2006.

UFB. Universidade Federal de Uberlândia. **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES.** ANDIFES, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/>>. Acesso em: novembro de 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução Normativa no 008/CUN/2007 de 10 de julho de 2007.** Das Ações Afirmativas de acompanhamento e permanência na Universidade. Disponível em: <[http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/03/2716\\_R008CUN2007.pdf](http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/03/2716_R008CUN2007.pdf)>. Acesso em janeiro de 2022.

UFSC/CoAEs. **Coordenadoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina**. [s.d]. Disponível em: <<https://prae.ufsc.br/coss-coordenadoria-de-servico-social/>>. Acesso em: janeiro de 2022.

UFSC/PRAE. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina**. [s.d]. Disponível em: <<https://prae.ufsc.br/atribuicoes/>>. Acesso em: janeiro de 2022.

UFSC/SAAD. **Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2021. Disponível em: <https://saad.ufsc.br/apresentacao/> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

ZANDONA, Eunice Pereira. **Trajetória escolar de jovens negros do Ensino Médio: desafios e Perspectivas**, 2008, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT).

ZEGARRA, Mónica Carrillo. Ações afirmativas e afro-descendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Edição eletrônica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC): UNESCO, 2007. 394 p. ISBN 978-85-60731-10-7.